



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 26 - Nº 501 - 28 DE JUNHO A 12 DE JULHO DE 2015 - R\$ 3,00

Organizar a luta nacional dos trabalhadores e da juventude para por abaixo:

- **as MPs 664 e 665 de ataques a direitos**
- **o PL 4330 da Terceirização**
- **a MP que restringe a Aposentadoria**
- **a redução da maioria penal**
- **a reforma política reacionária**

E para defender:

- **um salário mínimo vital de R\$ 4.600,00, corrigido automaticamente (escala móvel de reajuste salarial)**
- **fim do desemprego: nenhuma demissão, estabilidade a todos, divisão das horas nacionais de trabalho entre todos aptos ao trabalho, sem redução salarial (escala móvel das horas de trabalho)**
- **trabalho e estudo para toda a juventude**
- **direito à aposentadoria integral**
- **fim da repressão sobre os movimentos, fim das leis antigreve, direito de lutar pelas reivindicações, fim dos processos e prisões dos lutadores**

Campanha internacional:

Que o governo Evo Morales e a justiça devolvam a Marcia e Ariel sua filha adotiva



Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Agrava-se a crise política

A prisão dos presidentes da Odebrecht e da Andrade Gutierrez ergue mais alto as labaredas da crise política. Trata-se das duas maiores empreiteiras. De conjunto, a operação Lava Jato atingiu em cheio poderosos grupos econômicos. Constituíram um cartel e se utilizaram da corrupção de funcionários, políticos e partidos. Assim, não apenas decidiram entre si as áreas de exploração e as gigantescas obras estatais, como também impuseram sobrepreço e inflaram a lucratividade.

No centro das investigações da Lava Jato está o PT, o governo Dilma e o ex-presidente Lula. Sabe-se que o PMDB, PP, PSDB e PSB também estão envolvidos. As denúncias atingiram o presidente do Senado e da Câmara dos Deputados, Renan Calheiros e Eduardo Cunha. Não se sabe ainda se o delegado da Polícia Federal Sérgio Moro terá fôlego para fazer o mesmo com os parlamentares. Sabe-se que a mira foi ajustada para atingir todos os alvos do PT.

A mais recente investida foi contra o Instituto Lula. A Odebrecht é apontada como uma de suas milionárias fontes de recursos. Nas delações premiadas, não se estabeleceu nenhum vínculo do governo de Lula. O ponto sensível seria o Instituto, apontado como possível instrumento de lavagem de dinheiro. O seu presidente, Paulo Okamoto, foi convocado para depor na CPI. A PF faz investida policial e a oposição a investida política.

Na realidade, a Lava Jato é uma operação política e econômica. Envolve todas as instituições do Estado e atende interesses empresariais. Quando parecia que o fogaréu da crise política estava arrefecendo, com o governo conseguindo aprovar as medidas de ajuste fiscal, ainda que de forma incompleta e turbulenta, vieram as prisões de Marcelo Odebrecht e Otávio Azevedo. A estreita amizade de Lula com os capitalistas da área de construção serve de apoio à investida contra o Instituto. De nada adianta Lula dizer que o Instituto de Fernando Cardoso também recebeu monumentais aportes. O alvo é o PT.

Por reproduzir as relações promíscuas da política burguesa, ter se desmoralizado diante dos explorados e, no momento, pouco servir aos interesses

gerais dos capitalistas, deve ceder lugar a outro governo, que pode ser da oposição (PSDB/DEM) ou de uma nova coalizão liderada pelo PMDB. Não é do interesse da burguesia cassar Lula. O cerco vem no sentido de quebrar a possibilidade do caudilho estar fortalecido nas eleições de 2018.

Parte da crise política é consequência da vitória apertada de Dilma e parte tem a ver com a decisão das forças opositoras de arrancar a presidência da República das mãos do PT. O PSDB chegou à conclusão de que não havia condições políticas para abrir um processo de afastamento (impeachment) de Dilma. A fração mais agressiva acabou se conformando com a posição de espera. Não se tratava apenas de não se ter a maioria parlamentar para cortar a cabeça da presidente. Derrubar o governo quando este implanta o ajuste fiscal e descarrega a crise econômica sobre as massas não era bom para a oposição, que teria de fazer o mesmo e enfrentar a ira dos explorados. É melhor que o governo e o PT atravessem o purgatório e caiam no inferno.

A ampliação da crise com a prisão dos grandes chefes da construção civil, por enquanto, não muda qualitativamente o curso da crise. Mas os petistas estão obrigados a reagir distintamente da situação anterior. O 5º Congresso do PT teve de ficar entre apoio e crítica à política econômica de seu próprio governo. Lula, em seguida, saiu a advogar uma contraofensiva ao que chama de “conservadora” para liquidar o PT.

Não é difícil que os petistas esquerdizem, enquanto seu governo promove ataques às massas. A tarefa dos reformistas no capitalismo em decomposição é desviar o curso da luta de classes e canalizar o proletariado para uma variante da política burguesa.

A melhor forma de combater pela independência de classe do proletariado e de todos os oprimidos é começar por defender com unhas e dentes suas reivindicações e organizar o seu movimento sobre o método da ação direta. Mas é indispensável travar a luta ideológica contra todas as variantes da política burguesa, em particular a do PT, responsável por bloquear a luta unitária dos explorados.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Capitalistas despejam o custo da crise sobre os assalariados por meio do ajuste fiscal, das demissões e da carestia

O Banco Central refez suas contas sobre a economia brasileira, elevando sua previsão da inflação de 7,9% para 9% este ano, e a queda do Produto Interno Bruto (PIB) de 0,5% para 1,1%. Se confirmada, será a maior em 25 anos.

A retração econômica tem levado a uma onda de demissões, que se espalhou da indústria para a construção civil e desta para o setor de serviços, que antes vinha sustentando o nível geral de emprego: mais de 32 mil postos de trabalho foram destruídos em maio deste ano no setor. Juntam-se aos 60 mil na indústria, 30 mil na construção civil e quase 20 mil no comércio. Nos últimos doze meses, a indústria perdeu 340 mil postos de trabalho, a construção 312 mil, mas comércio e serviços tiveram saldo positivo (71 mil e 181 mil, respectivamente). Esses dados indicam que a tendência geral às demissões passou a afetar hoje o conjunto desses setores. O desemprego geral medido nos grandes centros subiu de 6,4% para 6,7%, saltando por cima da faixa anterior, entre 4% e 5%. As montadoras são um exemplo da tendência às demissões, que se espalha pela economia: todas estão com a maior parte ou todos os funcionários em layoff.

O trabalhador já vinha sentindo no bolso a tendência à queda nos salários: descontada a inflação, a renda real caiu 1,8% em maio, comparada a abril, e 5,8% se comparada a maio de 2014. E o aumento de preços se ressalta, ainda que manipulando: o IPCA já registra aumento de 8,8% nos últimos doze meses, próximo à nova meta de 9% fixada pelo Banco Central.

O governo e os capitalistas afirmam que elevam as taxas de juros para conter a inflação. Os juros básicos (Selic) estão em 13,75%, mas se prevê que atinjam 14,25% até o final do ano. Para o consumo no varejo, os juros estão em 57,3% ao ano. A teoria econômica burguesa se mostra absolutamente fracassada em explicar por que a inflação continua subindo diante desse quadro de contenção do consumo. O fato é que os monopólios impõem os preços de forma a preservar seus lucros diante da queda da atividade econômica, e assim rebaixam o valor geral dos salários, tudo em benefício de seus ganhos.

A alta dos juros agiganta ainda mais a dívida pública. O custo da dívida federal subiu, o total da dívida pulou 5,5% (R\$ 124 bilhões) só por conta do câmbio, e se aproxima dos 70% do PIB. E, pela primeira vez desde 2007, a dívida externa deve superar o valor total das reservas do país. Ao mesmo tempo em que se elevam os juros (e com eles a dívida) para carrear bilhões de reais para os bancos em juros, se vão comprometendo as contas públicas e inviabilizando o pagamento dos juros da dívida, tornando a meta de R\$ 66,3 bilhões de reais de superávit ainda mais distante.

O empenho do Ministro da Economia Levy em fazer aplicar o chamado ajuste fiscal vem da constatação da dificuldade do governo em cumprir as metas de sustento do parasitismo financeiro. O conjunto das medidas embutidas no ajuste é de dezenas de bilhões de reais. Esta é a meta a ser alcançada para satisfazer a sanha do capital financeiro, espremido pela

retração econômica, queda da arrecadação de impostos e de investimentos. Esmagar o desempregado, arrancando-lhe o mísero seguro desemprego, tomar da viúva sua pensão previdenciária, deixar o pescador à míngua durante a entressafra da pesca, impedir que o trabalhador de idade se aposente, cortar o reajuste de suas aposentadorias, estrangular as universidades cortando-lhes as verbas já insuficientes, paralisar as obras públicas e jogar na absoluta miséria milhares de famílias, tudo isso para juntar dezenas de bilhões e entregá-los aos parasitas. Sem ajuste fiscal, não será possível ao governo sustentar o parasitismo financeiro.

Ainda que seja eficaz na aplicação das medidas do chamado ajuste fiscal, elas por si só implicam a maior retração econômica. Por sua vez, a retração econômica reprime a arrecadação de impostos. E esta inviabiliza o cumprimento das metas do ajuste fiscal. Já se discute abertamente a necessidade de redução da meta de superávit primário, considerada inalcançável, diante da queda do superávit nos primeiros cinco meses deste ano ter atingido pouco mais de R\$ 6 bilhões, 67,5% em relação ao mesmo período no ano passado, que já foi ruim.

As tendências da crise capitalista mundial é que ditam os rumos da crise no Brasil. A elevação do dólar não resultou em elevação da exportação, que caiu 10,95%. Esta está bloqueada pela queda do comércio mundial. A crise de superprodução não pode ser contornada por medidas contábeis. Somente a destruição em massa das forças produtivas mundiais permitirá que uma nova reconcentração de mercados e capitais leve a um novo período geral de reprodução ampliada do capital, nos marcos limitados de um mercado mundial esgotado. Daí que a crise iniciada em 2008 ainda está em marcha, a destruição de forças produtivas está longe de ser suficiente para uma retomada.

Assim, o país teve uma pequena melhora nas suas contas de comércio exterior, mas que foram causadas pela brutal redução das importações (caíram 14,68%) e gastos do turismo (menos 22,5%). Não há perspectivas de melhora da economia, nem a partir das tendências externas, nem das internas.

A situação que se apresenta é a da realização de profundos ataques às condições de vida das massas, por meio do arrocho salarial, alta inflacionária, desemprego, cortes de direitos e investimentos públicos. As frações capitalistas disputam na política e na economia as medidas que devem se aplicar a fim de protegê-las das consequências da crise mundial capitalista. No conjunto, essas medidas são de ataques às condições de vida e trabalho das massas. As medidas expressam a destruição de forças produtivas que se realiza como efeito da crise econômica, e a potenciam, pois a destruição de postos de trabalho e de vidas é parte desse processo.

Não é possível, como pretendem as direções majoritárias das organizações de massa, negociar a atenuação dessas medidas. As necessidades de sustento do parasitismo financeiro determinam a violência dos ataques aos salários, empregos e

direitos. Ou as massas se levantam por suas reivindicações e com seus métodos próprios de luta e organização independente, ou serão esmagadas em benefício da preservação dos interesses dos parasitas capitalistas.

Ressalta-se nessa situação a crise de direção, pois as organizações de massa, ao invés de trabalharem pela unificação e centralização das lutas numa só força para enfrentar a ofensiva capitalista, buscam a via da conciliação, na prática, submissão às diretrizes gerais traçadas pelos capitalistas e seus governos.

Como enfrentar as demissões em massa?

Esse é um grande problema que a classe operária vive. Então, como enfrentar as demissões em massa? Não há outra via a não ser a luta coletiva. Temos nossos meios de defesa: greve, manifestação, bloqueio, ocupação de fábrica, etc. O acampamento dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo é passivo. Se servir para mobilizar quem está na fábrica, ganhará força. Lutemos para que isso ocorra, caso contrário, a Mercedes manterá as 500 demissões.

Mas a resposta deve ser mais ampla. As demissões ocorrem por fábrica, mas o ataque dos capitalistas aos empregos é geral. O que exige também uma resposta geral da classe operária.

Como pode ser? Um caminho é esse:

1) que os sindicatos convoquem assembleias gerais; 2) que as centrais sindicais se unam em uma frente única por uma campanha nacional em defesa dos empregos e salários; 3) que se formem comitês de luta local, regional e nacional.

A unidade operária local, regional e nacional torna os explorados em uma poderosa força. Operários e operárias, lutemos para que nossos sindicatos assumam esse plano de luta!

Que reivindicações defendem de fato os empregos e os salários?

Os patrões têm seus meios econômicos e administrativos para responder à crise. Eis o que tem sido aplicado: layoff, férias coletivas, redução da jornada reduzindo os salários, plano de demissões voluntárias e demissão. Esses meios de “flexibilização capitalista do trabalho” devem ser rejeitados e combatidos pela classe operária. Aceitar qualquer um deles é aceitar o direito burguês de demitir a hora que quiser. Temos de nos opor a esse direito burguês, porque resulta em desemprego e miséria dos explorados.

Levantemos o direito operário de ter um emprego e um salário que cubra as necessidades de sua família. Ao contrário da flexibilização capitalista do trabalho, defendemos a flexibilização operária do trabalho. Eis: redução da jornada sem reduzir os salários. Essa flexibilização favorece o trabalho contra o capital. Deve vir acompanhada da reivindicação: estabilidade no emprego. O direito ao trabalho é inflexível, porque se opõe ao direito burguês de demitir.

Há ainda uma reivindicação de maior alcance, que é a aplicação da escala móvel das horas de trabalho. Por meio dela, a classe operária luta pelo direito universal de todos terem um emprego. Milhões estão desempregados. Como vamos defender nossos irmãos operários, que afundam na miséria? Levan-

Basta ver a proposta de redução geral da jornada de trabalho com redução de salários e bancada com dinheiro público, que está sendo negociada pelas centrais sindicais.

Ao contrário disso, é preciso levantar as bandeiras do Programa de Transição, de defesa da vida e trabalho das massas. O salário mínimo vital com escala móvel de reajuste, a estabilidade no emprego e a escala móvel das horas de trabalho encaixam essas bandeiras, e devem se ligar àquelas de combate às medidas do ajuste fiscal.

tando a reivindicação de **emprego a todos**. Com a *escala móvel das horas de trabalho*, as horas nacionais usadas no país na produção devem ser divididas entre todos aptos ao trabalho, sem redução de salários. Assim, será estabelecida a jornada que garanta emprego a todos.

É claro que a defesa do direito operário ao emprego exige unidade de luta e a constituição de uma direção política fiel aos objetivos históricos da classe operária, que é a luta pelo fim do capitalismo e construção do socialismo. As dificuldades começam a ser vencidas se as temos claras e se nos dispomos à luta.



Derrotar a política antioperária das multinacionais, burocracia sindical vendida e do governo

O presidente da Anfavea, Luiz Moan, disse que a indústria automotiva negocia com o governo Dilma um plano de flexibilização do trabalho. Entre as propostas, está o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), apresentado pelas direções sindicais. Em particular, a CUT é a que está mais empenhada, a partir do Sindicato Metalúrgico do ABC, berço das montadoras.

O que querem as multinacionais? Querem a redução da jornada com redução do salário e a ampliação da terceirização de linhas ou áreas de produção. Querem que o governo arque com o pagamento de parte da redução e as multinacionais fiquem sem a responsabilidade de pagar os encargos trabalhistas. Reclamam que as vendas continuam a cair e que o remédio é a demissão, ou a suspensão temporária (layoff).

Qual deve ser a nossa resposta? Aguardar o acordo dos patrões com o governo? Aceitar o “Programa de Proteção ao Emprego”, que ajuda os capitalistas? Ver diariamente os companheiros ser demitidos? Ficar indignados diante do acampamento dos metalúrgicos da Mercedes-Benz? NÃO! O acordo entre patrão e governo, certamente não defenderá os empregos e salários. O PPE implica reduzir os salários. Ainda mais: as montadoras com esse tal acordo continuarão demitindo. Pior ainda, as montadoras querem na realidade implantar já a Lei da Terceirização (PL4330).

A classe operária não pode aceitar o PPE, sob pena de perda de direitos trabalhistas, de arcar com maior exploração do trabalho e de ver aumentar a pobreza. A resposta é: que os capitalistas paguem pela crise. Estabilidade no emprego, redução da jornada sem reduzir os salários e escala móvel das horas de trabalho. Com essas reivindicações, organizar a luta unitária contra os exploradores e seus governos.

5º Congresso do PT

Reflexo da putrefação

Quem esperava um Congresso de embate entre as diversas correntes internas errou completamente. A crise que envolve o governo de Dilma Rousseff e arrasta o PT para o precipício pouco reflexo teve nos seus resultados. A avaliação de que é preciso “refundar”, “renovar”, “democratizar” ou “voltar às origens” não passou de uma cantilena das frações “Mensagem ao Partido”, “Movimento PT”, “Articulação de Esquerda”, etc. minoritárias que fazem oposição à fração majoritária “Construindo um Novo Brasil”, encabeçada por Lula. A pretensão de modificar a composição da atual direção – pleito levantado pelo libelo “Vencer a Crise do PT” – mixou diante do 5º Congresso voltado a hipotecar apoio ao ajuste fiscal e a trabalhar por estabilizar o governo cambaleante.

A “Carta de Salvador” deixa perfeitamente claro que o PT está preso à camisa de força de suas próprias contradições. Pretende manter seus pressupostos nacional-reformistas, quando, estando no poder por 12 anos, se mostraram impotentes diante do imperialismo, do poder dos monopólios e do capital parasitário. Mostraram-se caducos diante do capitalismo em decomposição e refratário a qualquer reforma de peso.

Não é de estranhar que o 5º Congresso não tenha feito uma análise concreta da decadência e apodrecimento do PT. Não se referiu, nos 82 pontos da Carta, aos seus altos dirigentes presos em consequência da Ação Penal 470 (mensalão) e ao novo processo por corrupção da operação Lava Jato. Desconheceu o envolvimento do PT com as empreiteiras, que abasteceram seu caixa e sustentaram materialmente sua política.

A alusão indireta, uma espécie de minha culpa, de que se equivocou em não ter estabelecido como tarefa prioritária a “reforma política” e a “democratização dos meios de comunicação” soa como hipócrita desculpa. Sob o governo Dilma, o Congresso Nacional realiza a tão cantada reforma política. O que tem feito o governo, o PT e seus aliados? Não mais que se sujeitarem e negociarem seus mesquinhos interesses. Os parlamentares petistas estão amarrados pelo pescoço às decisões das reacionárias coligações majoritárias, comandadas desde seu principal aliado, o PMDB. A maior preocupação do alto escalão do PT no Estado é o que terá de fazer para salvar a pele.

Acuado pelas investigações da Polícia Federal (seu tesoureiro, João Vacari Neto, está preso), pela política antipopular de Dilma Rousseff, pela ofensiva do PSDB e sobretudo pela desmoralização diante dos explorados, o 5º Congresso acenou com uma mudança de rumo. Pretende ser mais reformista do que tem sido.

A Carta de Salvador refere-se à “abertura de um novo ciclo”. Segundo seus redatores, estão esgotadas as possibilidades de continuar com o “projeto nacional de desenvolvimento implantado em 2003”. O que os petistas fizeram foi promover “políticas públicas”, agora é necessário “reformas de base”

(“agrária, urbana, educacional, sanitária e de transporte”).

O PT e seu governo não fizeram a “reforma política”, agora se propõem a “democratizar” o Estado, “dar-lhe transparência, abri-lo à participação e ao controle da sociedade, bem como torná-lo mais eficiente.” Submeteram-se aos grandes grupos econômicos, agora prometem uma “reinvenção do mercado”, ou seja, apoio à pequena e média empresa. Garantiram os interesses do capital financeiro (dos “rentistas”), pagando-lhes religiosamente o gigantesco montante de juros e amortização da gigantesca dívida pública, agora pensam em “libertar o Brasil da ditadura mundial exercida pelo capital financeiro sobre as economias dependentes”. Estabeleceram aliança com setores da oligarquia, agora aspiram “alterar instituições e instrumentos de poder da velha oligarquia”. Subordinaram os sindicatos, o movimento camponês (MST), o movimento popular (moradia) e estudantil à política de Estado, agora acenam com “esforços para ajudar a reunificar os movimentos, agrupamentos, coletivos e militantes”. Trabalharam para desativar a luta direta dos explorados e subordiná-los à via eleitoral, agora querem que acreditemos na conclusão de que “sem a emergência de um poderoso movimento de massas” não é possível “impor um cerco ao Estado oligárquico.” Reelegeram Dilma Rousseff que assumiu as repudiadas medidas liberais e receituário do FMI, agora vêm com a conversa de formar uma “nova coalizão” para “a disputa de nova hegemonia e a construção de uma nova maioria nacional.”



Basta esse palavreado para se ver que os petistas recorrem a seu rico arsenal de embustes.

Nada do que digam ou façam ocultará o fato do PT ter exercido a ditadura de classe da burguesia, em nome do governo e do “projeto democrático e popular”, agora retomado na Carta de Salvador. No 1º Congresso, em 1991, José Dirceu, José Genoino, Rui Falcão, Luiz Inácio Lula da Silva e outros defenderam uma resolução contrária à ditadura de classe do proletariado e ressaltaram as virtudes da democracia, como os arautos que iriam em busca do cálice sagrado. De fato, ajoelharam-se perante o altar da ditadura de classe da minoria exploradora sobre a maioria explorada. Definitivamente, o PT decidiu seu objetivo histórico, o de servir ao grande capital e, em última instância, à contrarrevolução.

O 5º Congresso já não foi de um PT confiante e altissonante. Retrato um partido marcado pela corrupção política e pela traição aos interesses mais elementares dos oprimidos. A oposição e seus aliados burgueses estão freneticamente cavando sua cova.

Trata-se de aproveitar a experiência do reformismo fracassado. Extrair as principais lições, que sirvam ao trabalho de construir o partido marxista-leninista-trotskista, que tem por programa a revolução proletária e por fundamento a ditadura do proletariado.

Impotência e colaboracionismo

Pode-se considerar esquerda do PT os partidários do jornal “O Trabalho”. Constitui a seção da autointitulada 4ª Internacional, dirigida, desde a França, pelos herdeiros de Pierre Lambert.

No início, os lambertistas condenaram a formação do PT, considerando que se tratava de um “pilar da ditadura militar”. Assim que o movimento pró-PT ganhou força entre os sindicalistas liderados por Lula, reviram a caracterização, lançaram-se de corpo e alma em seu interior, passaram a ser um de seus maiores defensores entre as correntes internas de esquerda, apoiaram a expulsão daqueles que não acatassem a centralização burocrática e no presente se destacam como defensores do governo Dilma Rousseff.

Na campanha pela reeleição da candidata petista, acompanhada do vice, Michel Temer, do PMDB, os lambertistas levantaram a bandeira da reforma política, a ser realizada por uma “Constituinte Soberana e Exclusiva”. Fez parte de uma comitiva que entregou à presidenta reeleita milhões de assinaturas de apoio à Constituinte. Avaliou que Dilma deu um passo declarando-se favorável à bandeira. Mas o enorme esforço dos “trotskistas” democratizantes foi engavetado. O PT e seu governo se submeteram à reacionária reforma em curso, liderada pelo seu principal aliado – o PMDB. Restou o democratismo verbal dos lambertistas e acompanhantes do “Diálogo Petista”.

Os representantes da IV Internacional lambertista no Brasil definiram a disputa eleitoral interburguesa como “classe contra classe”. Ao mesmo tempo, reconheceram obrigatoriamente que camadas importantes da classe operária votaram contra o PT. O que resultou em uma vitória apertada de Dilma e perda de postos no Congresso Nacional. Concluíram também que a derrota de Aécio Neves foi derrota do capital financeiro e do imperialismo. Mas não reconheceram que a vitória de Dilma resultou em mais um governo burguês. A esses “trotskistas” não importa o caráter de classe, bastam algumas diferenças nacionais. Não se interessam pelas mudanças por que passaram os governos petistas e a que interesses da burguesia serviram. Não os perturba o fato de Dilma Rousseff assumir a política econômica exigida pelo capital financeiro e pelo imperialismo. Acreditam que agindo como defensores do governo que derrotou o imperialismo e opondo-se verbalmente às medidas governamentais que servem ao imperialismo estão cumprindo seu dever de marxistas e trabalhando pelos interesses dos explorados e da nação.

“O Trabalho” quer fazer crer que com o governo petista é possível “fazer valer a vontade popular” e assim “realizar no Brasil mudanças profundas”. Mas a experiência mostrou definitivamente que esta pretensão é subjetiva. Sua insistência resulta em falsificação. Se “O Trabalho” reconhece que a direção do PT “não rompera, nestes 12 anos, com a política imperialista”, o que lhe faculta espe-

rar que o governo reeleito faça valer a vontade popular? Não precisava que a experiência com governos petistas demonstrasse que nenhum governo burguês pode expressar a “vontade popular”. As eleições são instrumento de dominação burguesa. Não têm como servir a um governo que não seja da classe dominante. Os marxistas somente as usam como linha auxiliar dos métodos revolucionários, como tática circunstancial, jamais como tática fundamental da estratégia.

A política dos lambertistas no Brasil fez do PT um partido estratégico. Renunciou aos fundamentos marxista-leninistas do partido. Adentrou sem volta no oportunismo, transformando o trotskismo (marxismo-leninismo) em democratizante. É mais uma variante do revisionismo que tomou conta da IV Internacional e que a despedaçou.

A imediata decisão de Dilma de subordinar a política econômica ao ajuste fiscal e de descarregá-lo sobre as massas não tirou o sono dos lambertistas. Sempre têm uma resposta pronta, condicionada pela defesa estratégica do governo petista e pela crítica tática às suas ações.

Com a linha do defende-bate, interveio no 5º Congresso. Contrapôs-se estoicamente ao pessimismo “do que não há o que fazer” diante da virada do governo para a direita econômica (pró-imperialista). Rechaçou a mais lúcida e verdadeira constatação do líder de governo na Câmara, José Guimarães: “Só há uma política econômica, não existe Levy sem Dilma e Dilma sem Levy”.

Sem resposta, contemporiza com o argumento falacioso de que a “presidente terá todo apoio dos que a elegeram para livrar-se da política de ajuste e de seu condutor (...)”. Ocorre que Dilma não responde “aos interesses dos trabalhadores e da nação”, mas sim aos dos capitalistas, em particular aos do capital financeiro.

A forma de atacar exclusivamente Levy está de acordo com a linha de proteger Dilma, afinal os lambertistas são também responsáveis por batalhar por sua reeleição. Estão obrigados a continuar ocultando o caráter de classe do governo e sua orientação antipopular e antinacional.

Não é de estranhar as banalidades. No Manifesto às Delegadas e Delegados do 5º Congresso do PT, publicado no jornal “O Trabalho” 767, afirma: “A defesa do mandato da presidente Dilma não é a defesa suicida desta política do ministro do Bradesco”. Tem razão José Guimarães, se atirar em Levy acerta Dilma, se atirar em Dilma acerta Levy. Se há o desejo sincero de defender o mandato de Dilma, que defendam Levy. O 5º Congresso concluiu defendendo a Dilma/Levy. Já sabemos o que dirá “O Trabalho”.

O certo é que a esquerda desnorteada inventa qualquer argumento para manter sua política suicida. De nossa parte dizemos: Que o faça, mas não sob a bandeira da IV Internacional e do trotskismo.

(Foram consultados o jornal “O Trabalho” 767 e a revista “A Verdade”.)

Avança a privatização dos Portos no Brasil

O governo Dilma anunciou no dia 09/06 uma nova fase do plano de privatizações da infra-estrutura nacional. O chamado “Pacote de Investimento em Logística” (PIL) prevê a entrega de aeroportos, rodovias, ferrovias e portos ao capital nacional e internacional.

No setor portuário, tais medidas expressam um salto qualitativo no avanço das privatizações, implementado pelo governo petista. A Lei 8.630/93, promulgada por Itamar Franco, entre outras coisas quebrou o monopólio estatal na administração dos portos e das operações portuárias, permitindo a privatização via concessão (entrega ao capital privado da administração completa de determinado porto), arrendamento (entrega de parte do porto, um terminal, armazém, etc.) ou autorização (permissão para construção de portos privados, chamados na área de Terminais de Uso Próprio, TUP).

Apesar da abertura, o capital nacional e internacional continuou pressionando o governo para melhorar os termos da regulamentação, principalmente acabando com a limitação aos

TUP’s de somente movimentarem cargas próprias. Esta foi a principal mudança estabelecida pela Lei 12.915/13, com o objetivo de proporcionar mais “segurança jurídica” para a exploração privada dos portos no Brasil.

No pacote recente de privatizações estão previstos 50 novos arrendamentos, 24 renovações antecipadas de arrendamentos e 63 novos TUP’s. Atualmente os TUP’s são responsáveis pela movimentação de 64% da movimentação portuária nacional. O ministro da Secretaria dos Portos (SEP), Edinho Araújo (PMDB), disse em uma reunião na FIESP, no dia 12/06, que o papel da pasta é “ser indutor de investimentos privados”, deixando claro o papel do Estado burguês, administrado pelo PT, de ser o “comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia”.

Como se vê, o PT não só foi incapaz de reverter as privatizações realizadas na década de 90 como continuou realizando-as nas áreas ainda sobre o controle do Estado, e este processo tende a se acelerar por causa da crise econômica e política que atinge o país.

Notas sobre a repressão política

O avanço da repressão e terrorismo de Estado são mais um sintoma da decomposição do capitalismo que tem nada tem a oferecer aos trabalhadores e juventude pobre a não ser miséria, desemprego e repressão. A ação violenta do Estado com despejos, aprisionamento, execuções e criminalização dos movimentos revela sua essência: trata-se da ditadura de classe da burguesia. Seus crimes não serão punidos por ONGs internacionais ou pelo próprio Judiciário, que compõe o Estado, mas sim pelos Tribunais Populares.

Brasil gasta R\$765 bilhões por ano com a violência

Com a 12ª maior taxa de homicídios no mundo (25,2 por 100 mil habitantes), 50 mil brasileiros são assassinados por ano. Os gastos com as consequências da violência, sobretudo com a manutenção das forças armadas e encarceramento em massa, correspondem a 8% do PIB, valor sete vezes maior que o orçamento da saúde. Com o aumento do desemprego e ruína das condições de vida, os explorados tendem a adotar a via da ação direta. Ocupam terrenos, prédios e terras. Tendem a ir às ruas em defesa de suas reivindicações. Deparam-se com também com a repressão estatal. Contra o avanço do agronegócio e como resistência aos impactos de grandes obras, os povos indígenas têm sofrido com o assassinato de lideranças. Em São Paulo, o governo estadual já faz projeções de como reprimirá os protestos por água. É isso que o capitalismo apodrecido tem a oferecer.

Violência contra os indígenas

Ao desrespeitar a própria Constituição, no que diz respeito à demarcação de terras e defender os interesses do agronegócio, o Estado é responsável pelos 138 assassinatos indígenas no último ano, assim como dos 135 suicídios registrados. Sem acompanhamento médico adequado, 785 crianças com até 5 anos de idade morreram nessas comunidades. Dentre as lideranças indígenas assassinadas no primeiro semestre de 2015 estão: Eusébio Ka’apor, morto no dia 26 de abril, Maranhão. Adenilson da Silva Nascimento, no dia 1 de maio, Bahia. Gilmar Alves da Silva, no dia 3 de maio, Bahia.

Defender a vida dos povos indígenas significa defender

que o Estado entregue a terra a eles. Diante da negativa, várias comunidades estão fazendo a autodemarcação. O POR defende a autodeterminação destas nações.

Fazendeiros atacam Guarani e Kaiowá no MS e duas crianças estão desaparecidas

Uma ação paramilitar no dia 24 de junho, com 30 homens armados, contra o acampamento instalado pelos indígenas na fazenda Madama, teve como resultado o desaparecimento de duas crianças. Os cerca de 60 indígenas fugiram do acampamento, mas já se reagruparam e afirmam que só saem da terra mortos. No mesmo local, a liderança Xurite Lopes foi assassinada, em 2007. Trata-se de um território tradicional reivindicado pelos Guarani e Kaiowá. Os fazendeiros agem abertamente e ameaçam com novos ataques.

Aldeia Imbuhy, em Niterói, é despejada pelo Exército



Exército despeja famílias de comunidade tradicional de

pescadores em Niterói, que já estavam no local há mais de 100 anos. A reintegração de posse é fruto de ação da Advocacia Geral da União (AGU). As famílias tiveram uma hora para arrumar pertences antes da demolição, eles não têm para onde ir. “[Os militares] chegaram como se chegassem a uma guerra: pelo mar, por terra, só faltou ser pelo ar”, disse uma moradora de 65 anos. Foram usados caminhões, retroescavadeiras e cachorros. A entrada da imprensa, parlamentares, advogados e até ambulância foi proibida pelo Exército.

Repressão aos terceirizados na UFCG que fizeram greve contra atraso de salários

A empresa Hister suspendeu vários trabalhadores, o que acarretará em mais descontos salariais e ameaça de demissão por justa causa. É mais uma violação aos direitos destes trabalhadores que trabalham muito e ganham pouco, não têm equipamentos de proteção, sofrem assédio moral e sexual e são impedidos de reclamarem por meio da greve, um instrumento de luta dos trabalhadores.

A mesma empresa que descumpra o contrato, que diz que o pagamento deve ser feito no máximo no 5º dia útil do mês, alega que não há justificativa para os trabalhadores pararem. Considera a greve como INDISCIPLINA e INSUBORDINAÇÃO. Somente com a greve eles conseguiram garantir o pagamento atrasado.

Exigimos a imediata suspensão das punições feitas pela empresa.

A Corrente Proletária na Educação está fazendo campanha de moções de apoio. Enviar para correnteproletariapb@gmail.com.

Recurso à prisão de Rafael Braga chega ao STF

Rafael Braga foi preso durante as manifestações de Junho de 2013 e condenado a mais de 5 anos de prisão por portar um frasco de desinfetante, considerado pela polícia como aparato incendiário, acusação negada até mesmo pela perícia da Polícia Civil. O jovem negro está há dois anos preso. Entidades de Direitos Humanos recorreram ao STF por considerar a senten-

ça inconstitucional.

Pela liberdade imediata a Rafael Braga e fim dos processos políticos!

Primeiro gari é readmitido. A luta é pela readmissão de todos!

Depois das históricas greves dos garis de 2014 e 2015, as empresas fizeram demissões em massa, incluindo na lista aqueles que participaram da greve. Um deles, Luis Fernandes, conseguiu a readmissão pela via judicial, em que foi configurada a perseguição política. A luta deve ser coletiva e fortalecer a campanha pela readmissão dos cerca de 70 grevistas. Ademais, a campanha se solda com a defesa da estabilidade no emprego e garantia do direito de greve. No dia 26/06 foi divulgada a segunda readmissão.

Igor Mendes é libertado e outros ativistas poderão responder em liberdade

Depois de seis meses preso em Bangu-RJ, o militante do MEPR, Igor Mendes foi libertado e outros ativistas que estavam com prisão decretada, como Sininho e Moa, conseguiram um habeas corpus para responderem em liberdade às acusações de envolvimento em “protestos violentos” contra a Ato Público no Rio de Janeiro recebe Igor, Sininho e Karlayne

A ordem de prisão foi decretada em julho de 2014 pelo Juiz Itabaiana, conhecido pela perseguição política em processos forjados. O POR defende o fim dos processos e perseguições políticas.



Bahia

A greve na UFBA é a resposta aos ataques do governo federal (Dilma/PT)!

Professores, técnico-administrativos, trabalhadores terceirizados e estudantes da UFBA se encontram em greve contra o corte de 9,4 bilhões da educação

O governo Dilma (PT/PMDB/PCdoB) assumiu claramente a postura de ataque aos explorados. As MPs 664/665 do governo atacam diretamente as condições de vida da maioria trabalhadora. Essas medidas afetam o seguro desemprego, o seguro defeso, o abono salarial e a pensão por morte. Isso em um momento em que os patrões (capitalistas) querem demitir em massa. Nesses cinco primeiros meses já foram demitidos 100 mil pais e mães de família em todo o país. O governo também se empenha no “ajuste fiscal” que cortou 11 bilhões da saúde e 9,4 bilhões da educação. Esse dinheiro será transferido para os bolsos dos banqueiros, com o pagamento da dívida pública.

O Congresso Nacional (cova de bandidos e inimigos do povo) aprovou a Lei da Terceirização (PLC 30), dando um golpe nos explorados. Com essa lei, todos os trabalhadores poderão ser terceirizados e sabemos o que isso significa: salários menores, nenhum direito e piores condições de trabalho e organização sindical. Também se discute no Congresso Nacional uma reforma política, que só serve para ampliar a ditadura dos capitalistas (patrões) sobre os trabalhadores. Faz parte da reforma política o financiamento privado de campanhas (já acontecia, mas foi constitucionalizado), a ampliação do fundo partidário (mais dinheiro público para os partidos burgueses),

a cláusula de barreira (que afeta os partidos de esquerda).

Como resposta aos ataques, os explorados fazem greves por todo o país. Os professores das redes estaduais quase deflagraram uma greve nacional. Os rodoviários de vários estados também fizeram greve. Nesse momento, os técnico-administrativos de 56 universidades e professores de 30 universidades estão em greve. Estudantes fazem greve em todo o país. O motivo são os cortes de verbas que precarizam ainda mais as condições de estudo, permanência e trabalho nas universidades.

Efetivar os terceirizados

Nas greves das universidades federais em todo o país, os trabalhadores terceirizados se levantaram e deflagraram suas greves. Com atrasos de salários e vale-alimentação, perseguição, assédio moral e ameaça de demissão, os terceirizados dizem não à superexploração do trabalho com greves e mobilizações.

As burocracias sindicais não defendem de fato os trabalhadores terceirizados. Dizem que são contra a terceirização, mas na verdade são contra os terceirizados quando se negam a defender a sua imediata efetivação, sem a necessidade de concurso público. Só há duas formas de acabar de vez com a terceirização: ou se demitem todos ou se efetivam todos. Os trabalhadores estão com a efetivação.

Construir a greve geral

A CUT e a CTB dizem que estão por uma greve ge-

Rondônia:

A fortaleza da greve nas universidades federais encontra-se na unidade da luta dos técnico- administrativos, professores e estudantes em todo país

Para arrancar as conquistas das reivindicações é preciso fortalecer a greve nacionalmente organizando a unidade da luta dos técnico-administrativos, professores e estudantes em todo país.

Sem essa unidade, o governo Dilma e seus ministérios se sentem a vontade para esmagar os direitos conquistados pelos servidores públicos das universidades e enfraquecer a luta dos demais segmentos trabalhistas do país.

De acordo com os informativos do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), enquanto apenas 35 universidades até o dia 18 de junho aderiram ao movimento grevista, os servidores técnico-administrativos contam com adesão em 58 universidades.

O ministro da educação esteve na UNIR em plena greve e as entidades de luta silenciam sobre o fato

A presença do ministro da educação, Renato Janine Ribeiro, na Universidade Federal de Rondônia representaria um importante momento para as entidade de luta, Adunir, Sintunir e DCE, chamarem estudantes, professores e técnico-administrativos para uma manifestação unificada contra o corte de in-

ral. Na prática, mostram o contrário. Os governistas têm medo que junho de 2013 se repita, só que dessa vez protagonizado pela classe operária. O que coloca em jogo a estabilidade do governo Dilma. Dizem que as mobilizações contra o governo fortalecem a direita, quando na verdade, não se contrapor ao governo só fortalece os ataques contra os explorados. Não há conciliação entre o operário e o patrão. O governo Dilma nada mais é que o governo dos patrões contra os trabalhadores. É mais do que nunca necessário construirmos uma greve geral. Mas para isso acontecer, é preciso exigir que a CUT e a CTB rompam com o governo e que os sindicatos convoquem as assembleias de base.

Levantar um programa de reivindicações

1. Abaixo a Lei da Terceirização (PLC 30) e as MPs 664/665!
2. Imediata efetivação dos 12 milhões de terceirizados!
3. Fim do ajuste fiscal voltado ao sacrifício dos explorados!
4. Fim das demissões! Estabilidade no emprego! Redução da jornada sem reduzir os salários! Emprego a todos!
5. Reajuste salarial automático de acordo com a inflação!
6. Salário mínimo vital de R\$4.600!
7. Estatização dos sistemas privados de educação e saúde!
8. Plano de construção de moradias para os sem-tetos e entrega das terras aos sem-terras!
9. Passe livre para desempregados e estudantes! Estatização das empresas de transporte!
10. Estatização dos bancos e do sistema financeiro!

vestimentos, contra a não negociação do MEC com o ANDES, contra a política de terceirização, contra os cortes no investimento em infraestrutura das IFES, etc;

A Corrente Proletária da Educação desde os primeiros dias de greve busca intervir na luta, mas a interlocução se dá com maior firmeza no setor dos técnico-administrativos, pois a Adunir tem dado as costas para a organização da Greve no Campus de Rolim de Moura, onde até agora não ocorreu nenhuma assembleia e onde o comando se desfez, por ação de professores fura-greve que se infiltraram no comando.

As deliberações de luta e manifestações precisam ser votadas em assembleias gerais unificadas entre estudantes, professores e técnico-administrativos. É necessário que os professores e técnicos em greve organizem a assembleia do campus de Rolim de Moura, deliberam sobre a reorganização do movimento e pressionem a ADUNIR a dar o suporte político e financeiro para as atividades grevistas. O esvaziamento do movimento, a inação durante um período de greve atua contra o objetivo da greve que é se projetar para o conjunto da sociedade, denunciado o governo federal e lutando pelo atendimento de suas reivindicações.

Lançamento do folheto “Mercantilização e desnacionalização da saúde no Brasil” e formação política sobre América Latina em Salvador (BA)

No dia 12 de junho, o Partido Operário Revolucionário (POR) realizou, como parte das atividades de greve na Universidade Federal da Bahia (UFBA), debate e lançamento do folheto “Mercantilização e Desnacionalização da Saúde no Brasil”. O debate contou com a participação de professores, estudantes e militantes de algumas correntes políticas. A exposição do conteúdo do folheto deixou claro o processo de expansão da privatização e desnacionalização da saúde no país. É parte dessa realidade o corte de 69,9 bilhões realizado pelo governo federal de Dilma Rousseff (PT), por meio do ajuste fiscal realizado pelo Ministro Joaquim Levy. Entre os cortes estão incluídos o da educação (R\$ 9,42 bi) e da saúde (R\$ 11,77 bi). O objetivo do governo é garantir o superávit fiscal para pagamento de juros e amortizações da dívida pública com credores, bancos e financistas.

A expansão do setor privado, a desagregação do sistema público de saúde, a imposição da privatização dos hospitais universitários via Ebserh, que já deixa patente o seu fracasso, constituem parte das medidas antipopulares e antinacionais aplicadas pelos sucessivos governos e, na atualidade, implementadas pelos governos do PT (Lula e Dilma). No folheto, o POR faz uma análise desse processo e expõe o programa proletário de defesa da saúde pública, mediante a expropriação do sistema privado de saúde, sem indenização, e a constituição de um sistema único de saúde, público, gratuito e

sob controle operário. Não há como tolerar a coexistência do público e do privado, base da destruição da saúde pública.

No dia 13 de junho, o POR realizou uma formação política sobre a América Latina, a partir da exposição, leitura e debate das resoluções da Conferência Internacional do Comitê de Enlace. Debates sobre a situação da restauração capitalista em Cuba, levada a cabo pela burocracia do Partido Comunista cubano, aprofundada com a débacle da ex-União Soviética. As medidas de abertura de setores da economia para a exploração do capital e a aproximação do governo norte-americano ao país indicam que o processo de restauração têm se aprofundado cada vez mais. Significa um duro golpe às conquistas da Revolução Cubana, que devem ser defendidas pelos revolucionários. Debateu-se também o impacto da crise mundial do capita-

lismo na América Latina, especialmente na Argentina, Bolívia, Venezuela e Brasil. A margem de manobra dos governos, chamados nacionalistas por parte da esquerda, diminuiu e colocou esses governos em rota de colisão com os explorados. Terão de impor em escala crescente as medidas antipopulares e combater a organização independente do proletariado e demais explorados. Trata-se, realçamos, de por em pé as seções do Comitê de Enlace na América Latina, fortalecer as existentes e reconstruir a IV Internacional, única saída ao avanço da barbárie capitalista.



Mau começo

No 1º de Maio, foi vendido a R\$ 1 o jornal Folha do Trabalhador. Pelo número de páginas, formato, ilustração, cadernos, capa colorida, etc., pode ser comparado com um jornal da grande imprensa. Com uma diferença, a imprensa burguesa veicula anúncios. A tiragem da Folha do Trabalhador tudo indica deve ser pequena. O grupo que o divulga é pequeno, recém formado, portanto sem tradição política. O tamanho da publicação, sem dúvida, não corresponde ao desenvolvimento da organização.

Entendemos que o jornal do partido revolucionário deve se auto sustentar. Travamos uma dura batalha pela manutenção do jornal Massas. Gostaríamos que fosse mais bem impresso e que tivesse uma grande penetração no proletariado e nos demais explorados, que o sustentariam comprando e participando das campanhas financeiras. Mas os limites de nosso desenvolvimento embrionário impõem ferreamente as condições artesanais do jornal Massas, que aos poucos melhoramos.

Não é incomum organizações que se arvoram representar o “trotskismo” usarem de aparatos para formar grupos em outros países, sob o nobre objetivo de reconstruir, refundar, etc. a IV Internacional. Um deles, a LER-QI, fundada pelo PTS argentino, acaba de se transformar em Movimento Revolucionário dos Trabalhadores (MRT). Está se aclimatando.

Estamos agora diante de mais um caso: a constituição de um Comitê Paritário, que reúne a Liga Comunista, o Coletivo Lênin e a Resistência Popular Revolucionária. São pequenos grupos que aspiram caminhar no sentido contrário à divisão nas esquerdas. Também é uma nobre causa, o problema está em saber sobre que base programática, princípios e linha política. Em nenhuma das explicações do jornal Folha do Trabalhador encontramos resposta.

O Comitê Paritário faz parte do Comitê de Ligação pela IV Internacional (CLQI), cujo pivô é a organização britânica Socialist Fight. A Argentina contribui para a somatória do Comitê com a Tendência Militante Bolchevique. Inúmeras frações, correntes e grupos surgiram da crise da IV Internacional nos anos 50 e 60, iniciada com a revisão de Michel Pablo e seus consortes (Ernest Mandel), etc. É difícil acompanhar o labirinto criado por tantos fracionamentos. O certo é que pouco ou nada tem a ver com o trotskismo, que é a continuação do marxismo-leninismo. E por quê? Porque são correntes e grupos que não se formam sobre a base de um programa extraído das leis gerais que conformam o capitalismo mundial e das particulares que correspondem ao desenvolvimento de cada país.

Não há corrente que se reivindica da IV Internacional que não se declare defensora do Programa de Transição, das conquistas da Revolução Russa, etc. No entanto, não são capazes de se colocarem em acordo para superar as cisões. É que cada corrente segue um tronco do revisionismo, sendo os mais conhecidos no Brasil o morenismo (vem de Nahuel Moreno), o lambertismo (Pierre Lambert) e pablismo ou mandelismo (Michel Pablo e Ernest Mandel).

O POR é identificado com o “lorismo” (Guillermo Lora). O que é correto. No entanto, as posições programáticas, teóricas e políticas desenvolvidas pelo POR boliviano, em grande medida, foram constituídas à margem da direção mundial da IV Internacional, embora não estivesse alheio ao que se passava no exterior. Nota-se que o trotskismo na Bolívia enfrentou a cisão promovida pelos pablistas, que finalmente foram desmascarados em suas imposturas e derrotados. Não por acaso, as constantes tentativas de criar grupos de fora para dentro na Bolívia têm fracassado. Imediatamente se colocam diante das tarefas de constituir-se como programa e se

deparam com o largo desenvolvimento do POR como detentor do programa da revolução proletária.

Nenhuma declaração abstrata sobre o socialismo, a revolução mundial e a IV Internacional pode substituir a elaboração do programa que expresse as tarefas nacionais. Tomemos um exemplo. Há pouco tempo, a LER-QI, uma variante do morenismo, afirmou em seu jornal que no Brasil não mais se coloca a aliança operária e camponesa e sim a aliança operária e popular. Refutamos, porque reflete desconhecimento de nossa realidade. Nunca obtivemos resposta. É assim que se vai armando correntes centristas e oportunistas, em nome da IV Internacional.

Todo militante que se considera marxista tem o dever de exigir o programa de seu partido e de estudar o programa dos seus adversários. Qual é o programa? Onde se encontra? Peça-o para o POR e nós o entregaremos para o estudo crítico. Toda corrente e agrupamento que aceitem discutir o programa do POR, com certeza, estarão no caminho seguro da unificação.

Os três grupos que formaram o Comitê Paritário estão obrigados a iniciarem imediatamente a elaboração do programa, somente assim darão um primeiro passo sério. E se o fizerem – temos a certeza de que não farão – terão duas vias: ou virão ao encontro ou de encontro com o programa do POR. Por que não o farão? Porque o que os motivou à junção não foi a necessidade do programa. Se fossem marxistas, teriam estudado o Programa do POR e proposto abrir uma discussão principista.

Ocorre que o vínculo da Liga Comunista e agora do Comitê Paritário com a Luta Socialista (Socialist Flight) se dá no campo do revisionismo. No artigo “Frente Socialista dos Trabalhadores”, para explicar “Quem somos”, diz que os três agrupamentos têm a virtude de virem de “origens distintas” e de serem “livres de todo traço sectário”, e que por isso puderam “ter um compreensão comum da realidade, ou seja a um programa comum”.

Pelo visto não sabem o significado do conceito “sectário” e o que seja o programa. Inevitavelmente, uma corrente embrionária terá traços sectários. Somente a penetração do programa revolucionário no seio do proletariado, eliminará os traços sectários. O que não quer dizer que não manifestem no interior do partido posições sectárias ou oportunistas.

Quanto ao “programa” que os unifica, é exposto em três pontos: 1) Apoio a Dilma no segundo turno e crítica ao “voto nulo sectário”; 2) Diante do golpe que a direita arma contra Dilma Rousseff, “construir uma ampla frente única antifascista com PT e PCdoB (...)”; 3) “Combate à política anti-operária do atual governo Dilma (...)” Como se pode notar, os três pontos são uma declaração e não um programa.

No ponto 1, a Frente Comunista dos Trabalhadores, que tanto horror tem ao sectarismo, revelou o oportunismo mais tosco e o mais burdo seguidismo político, típico de quem não tem ideias e posições próprias. No ponto 2, não reflete compreensão “comum da realidade”, reflete em “comum” justamente o desconhecimento da crise, do seu desenvolvimento e da luta de classes. No ponto 3, a FCT chove no molhado. Toda esquerda diz o mesmo. Até o PT e a burocracia sindical têm sido obrigados a declarar sua reprovação às medidas governamentais. A FCT não tem como explicar como lutará para que os explorados derrotem a ofensiva capitalista de Dilma, apoiando-a contra o suposto golpe em marcha. Está na mesma posição do PT e de todos que levantaram apoio à Dilma contra o golpe em curso.

Não se pode ter a mínima esperança de que a FCT dará sequer um passo em favor da reconstrução da IV Internacional, como prometem.

LER-QI se transforma em MRT

No último dia 12 de abril, a LER-QI mudou de nome. Passou a se chamar Movimento Revolucionário de Trabalhadores – MRT. Sua explicação: *“uma nova organização que luta pela revolução socialista, contra o sistema de exploração que vivemos hoje no capitalismo e busca uma sociedade sem classes, sem opressões e violência social, sem a soberania do capital: uma sociedade de fraternidade entre os trabalhadores livremente associados. Uma sociedade comunista.”* Há claramente uma omissão quanto ao objetivo estratégico da organização, que salta olímpicamente para o futuro comunista de *“fraternidade entre os trabalhadores”*. Essa omissão corresponde à negação da estratégia da ditadura do proletariado, sem a qual não haverá revolução e a classe operária não tem como exercer seu poder contra a burguesia, seus partidos e organizações. O marxismo prova que a exploração do trabalho, essência do capitalismo, se mantém por meio da ditadura de classe da burguesia. Para resolver a contradição fundamental do capitalismo, entre a produção social e a apropriação privada, é preciso que o proletariado realize a coletivização da propriedade privada dos meios de produção, e isso somente será possível destruindo o Estado burguês, acabando com a ditadura de classe da burguesia e instituindo a ditadura do proletariado, até extinguir as classes sociais e se alcançar a sociedade comunista superior. Sem traçar esse objetivo estratégico com clareza, não é possível construir um programa e, portanto, um partido revolucionário. A sonegação da ditadura do proletariado é própria do oportunismo centrista.

Outra justificativa da mudança: *“A alteração de nome e formação de uma nova organização expressa uma mudança decisiva: o fortalecimento da organização com novos trabalhadores”*. E ainda: *“Essa nova composição exige uma nova organização, que corresponda aos objetivos e necessidades da nova etapa”*. Ou seja, é o crescimento da organização, e não a necessidade do programa ou a evolução da linha política, que leva a uma mudança em sua identidade. Não se pode desconhecer a inter relação entre o programa e a organização. O programa determina a organização e esta o modifica no processo da luta de classes. Os aspectos organizativos devem ser ajustados de acordo com a linha política, de forma a concretizá-la, sobretudo de acordo com o processo histórico. Basta se observar as razões que levaram Lênin a propor a mudança de Partido Bolchevique para Partido Comunista. Ou então a defesa que Trotsky faz do nome Partido Mundial da Revolução Socialista, para caracterizar a IV Internacional que nascia do trabalho da Oposição de Esquerda Internacional.

Mas a LER-QI que se transformou em MRT é uma variante do morenismo. Este se afastou completamente da concepção leninista de partido. Não por acaso, deforma a noção bolchevique do jornal do partido. Segundo Lênin, o jornal é o organizador coletivo do partido, é o meio pelo qual se dá a centralização política da atuação partidária. Segundo a LER, o surgimento do MRT *“tem relação com o enorme avanço que a*

organização pode oferecer aos trabalhadores com o lançamento do portal Esquerda Diário no Brasil, um instrumento latino-americano de notícias e ideias” (...) *“Um forte instrumento de opinião”*. O jornal do MRT serve para informar e dar opinião, o elevado número de acessos pela internet indica seu sucesso. O jornal de Lênin serve para travar a luta política para construir o programa e a ação revolucionários.

Que tipo de partido se coloca a construir? *“Uma alternativa internacional que aponta para esse tipo de partido revolucionário que necessitamos tem surgido na Argentina, com a atuação do Partido de Trabalhadores Socialistas (PTS) no movimento operário e na luta de classes e a composição da Frente de Esquerda dos Trabalhadores (FIT), uma frente de organizações que reivindicam a revolução socialista e tem oferecido uma alternativa política aos trabalhadores.”* Para um partido revolucionário, a tática está subordinada à estratégia, é determinada por ela. Quando a LER/MRT omite a estratégia e coloca em sua declaração de fundação que seu objetivo é constituir uma alternativa política aos trabalhadores, que parte da constituição de uma frente de esquerda como a que se construiu na Argentina pelo PTS e PO, ela está transformando uma questão tática (a constituição de uma frente eleitoral) em estratégica. Isso nada mais é que a essência do oportunismo. A *“alternativa política dos trabalhadores”* não passa de uma variante eleitoral da esquerda centrista, é sinônimo da consigna morenista de *“governo dos trabalhadores”*. Quanto à similaridade com o PTS, apenas mostra que o MRT não passa de um satélite.

Eis o complemento que se refere ao programa: *“Justamente por isso consideramos que o novo momento da classe operária brasileira coloca o desafio de organizar **uma unidade na ação** com todos os setores anti-governistas e classistas para barrar os ataques em curso, sendo esta a base para debater o programa e a estratégia para a construção de um partido revolucionário dos trabalhadores verdadeiramente internacionalista, partindo das lições da experiência com o PT em nosso país”* (negritos nossos). Para a nova corrente, o programa é assim visto como algo a ser construído a partir da unidade de políticas contraditórias (unidade na ação para constituir o programa e o partido), e não a partir das leis de desenvolvimento do capitalismo e sua aplicação à realidade em que se vive. A fusão de políticas distintas numa mesma organização e da confluência de todos aqueles que se declaram em geral socialistas e internacionalistas não resultam em um partido revolucionário, mas em um partido centrista. É por essa via que se promove o oportunismo em matéria organizativa (oposta ao leninismo). A LER-QI que muda de nome concebe o programa subordinado à organização e à conjuntura.

Seria progressivo se o MRT rompesse de fato com o morenismo, submetesse-o a uma rigorosa crítica marxista e se colocasse a elaborar um programa. Esse passo permitiria discutir a construção do partido revolucionário e a reconstrução da IV Internacional.

Nesta edição:

- Campanha pela libertação da filha de Marcia e Ariel
- Eleições no México
- Venezuela: PSDB escorraçado
- Egito: Ditadura e barbárie
- Avança a desagregação da União Europeia
- 80 anos do Partido Operário Revolucionário da Bolívia

Artigos das Seções

Comitê de Enlace

pela Reconstrução

da IV Internacional



Chamado do Partido Operário Revolucionário do Brasil aos sindicatos, aos movimentos populares, aos partidos de esquerda e às organizações democráticas

É fundamental responder com uma só voz e uma só força à arbitrariedade das autoridades bolivianas, em particular ao governo Evo Morales, que tiveram o acinte de arrancar das mãos de Márcia Torrico a sua filha adotiva de três anos. Chamamos a todos a apoiar a moção aprovada no 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas. Abaixo publicamos os comunicados e solidariedades a Márcia que se encontra em greve de fome desde o dia 26 de maio.

Responsabilizemos por sua saúde e vida o governo de Evo Morales.

Declaração do Partido Operário Revolucionário (POR) À Comunidade universitária e à opinião pública

A direção nacional do Partido Operário Revolucionário denuncia o governo de Evo Morales pelo covarde rapto mediante ordem judicial e utilizando a polícia da filha adotiva de Márcia e Ariel, militantes do POR, no momento em que a FUL trotskista da UMSS trava, junto com os estudantes, uma dura batalha contra as camarilhas que pretendem titularizar os docentes interinos sem exame de competência.

Responsabilizamos o governo pela vida de nossa camarada Márcia Torrico, delegada FUL-UMSS no conselho Universitário, que se encontra em greve de fome desde 26 de maio, exigindo a devolução de sua filha e que está decidida a manter a medida extrema ainda que correndo o risco de vida.

Sabemos que esse ato covarde foi autorizado pelo governo. De Márcia e Ariel foi arrancada a sua filha adotiva de apenas três anos, para devolvê-la a sua família biológica que não a quis e que por isso, de maneira voluntária, concedeu à adoção. Sabemos que a tia da criança foi pressionada a receber a menina por funcionários da Defensoria da Criança, acatando ordens superiores.

É sabido que neste País a Justiça está controlada pelo governo. O juiz que ordenou o rapto da menina, utilizando a força policial, negando-se a conhecer o trâmite de regularização da adoção, atuou sob instruções do governo.

O objetivo é punir e quebrar os revolucionários, recorrendo aos meios mais baixos e covardes que se podem conceber. Todo ódio por parte do governo aos revolucionários trotskistas não é mais do que expressão do ódio da classe dominante contra as ideias revolucionárias que denunciam a impostura do MAS e a incapacidade da burguesia para resolver os problemas fundamentais do País, o atraso, a miséria generalizada, a opressão sobre as nações índias e a submissão aos interesses do imperialismo, das multinacionais, agora disfarçadas de “sócias e não patronal” do governo entreguista.

Quando a burguesia e seu governo se enfurecem a tal ponto pelas posições políticas do trotskismo podemos estar seguros de que a linha adotada é correta, que estamos tocando na chaga desta sociedade, que reclama aos gritos uma verdadeira revolução libertadora. Revolução protagonizada pelo conjunto dos oprimidos, sob a direção política da classe operária e de seu partido.

A repressão ao contrário de nos dobrar, nos fortalece, afirma a convicção na justeza de nossa luta e na certeza de que os exploradores se sentem gravemente ameaçados em seus interesses pela luta e defesa do POR.

25 de junho de 2015

Devolvam minha filha!

Marcia Torrico

Mãe adotiva e dirigente estudantil

Ontem recebi uma notícia sobre o processo para recuperar minha filha. Foi a confirmação de que a sagrada aliança entre a burguesia, o governo e a burocracia universitária não permitirão que minha filha volte a ter uma família.

Como militante revolucionária, lembrei da minha primeira greve na Universidade São Simão pelos exames de mesa que foram criadas para desmassificar as aulas e tinham um custo de US\$ 50.00. Após quinze dias de greve conseguimos os exames de mesa livres, opcionais e gratuitos.

Tive de me emparedar (greve de fome voluntariamente enclausurada entre paredes) e foi o primeiro emparedamento em Cochabamba, que moveu nossa cidade. Lembro que, com apoio do bispo Tito Solari, aplicaram-se pela primeira vez os exames de suficiência a doze docentes do curso de sociologia.

Lembro das lutas pelo IDH (imposto direto sobre os hidrocarbonetos), obtido por meio de uma greve de fome de 30 dias, cujo orçamento era necessário para a Universidade São Simão.

Na luta revolucionária, entreguei minha vida nos últimos anos acompanhada pela minha filha, que acabaram de arrancá-la de mim.

Para que quero a vida? Que significa a vida se a impiedade triunfa? Que sentido teria viver nesta sociedade em que as pessoas não reagem diante de tanto abuso de poder e se

Argentina

Comunicado do Partido Operário Revolucionário

O Partido Operário Revolucionário da Argentina denuncia e repudia energeticamente o governo de Evo Morales e seu aparato repressivo, que no dia 25 de maio deste ano arrancaram das mãos de sua mãe adotiva, Márcia Torrico, dirigente universitária da Bolívia e militante trotskista do POR, a sua filha de apenas três anos.

A criança foi sequestrada por policiais em uma via pública, cumprindo ordens da juíza Melgarejo, tirada de sua família adotiva violentamente por “uma unidade policial. Deixando a menor solta na rua e dando gritos de terror e medo ao sentir que estava sendo separada de seus pais. No chão, esperneou com todas suas forças para denunciar como faria uma criança que estrava sendo ultrajada. A polícia a levantou e a enfiou no carro para fugir com ela” (declaração da camarada).

Esta ação não é casual uma vez que os militantes do POR da Bolívia vêm denunciando e enfrentando a todo momento o governo do MAS e seus sequazes, que pretendem encarcerar seus militantes, como foi o caso do camarada Jarlin Coca, (libertado

impõe o terrorismo de Estado, prejudicando uma criança que não tem culpa nenhuma. Mas essa criança é minha filha e eu sou dirigente que devo protegê-la, ainda que a custas da minha própria vida.

E pensei... será que a burguesia ganhará esta batalha e levará minha vida e a minha filha? E eu terei perdido? Perguntame: não é melhor continuar viva para continuar lutando contra outras injustiças?



Não! Deixar como precedente para que amanhã possam usar outra criança como vingança política ou que fique estabelecido que se és mãe não pode ser militante e estás condenada a viver com medo o resto de sua vida.

Não! Derrotada não viverei. Prefiro morrer na minha lei e que minha filha saiba que lutei por recuperá-la com o único que tenho, minha vida; que se não volta, saiba que sua mãe nunca abaixou a cabeça, que vivi dignamente e que meus atos sempre corresponde-

ram aos meus pensamentos.

Se as forças não me alcançam, peço à minha filha que me perdoe, mas rogo a ela e às futuras gerações que continuem lutando por um mundo melhor, que ainda há muitas injustiças a denunciar, muitos poderosos a derrotar.

Devolvam a Sofia!

25 de junho de 2015.

No 30º dia da greve de fome.

pela pressão e luta da sociedade e do POR). Agora, pretendem dobrá-los sequestrando a filha de nossa companheira, recorrendo aos mais selvagens métodos. Por isso, o POR da Argentina denuncia e exige a imediata aparição e em boas condições de saúde a pequena Sofia, uma vez que semelhante maus tratos certamente ocasionaram graves transtornos em sua saúde mental. Responsabilizamos o governo de Evo Morales pela integridade física da menor, como também da integridade física de nossos companheiros Ariel e Márcia.

Chamamos a todas organizações de mulheres, partidos políticos e lutadores em geral a tomar essa denúncia em suas mãos e cercar de solidariedade a camarada Márcia.

Neste 3 de junho, em Neuquén marchamos com tua bandeira camarada Márcia.

Aparição imediata da menina Sofia Torrico Roman!

Imediata restituição aos seus pais adotivos!

Partido Operário Revolucionário



CSP-CONLUTAS

Central Sindical e Popular

São Paulo, 07 de junho de 2014.

Moção de apoio à militante boliviana Marcia Torrico

Exigimos que o governo Evo Morales, a Justiça e polícia devolvam imediatamente sua filha adotiva



É um crime político a medida judicial-policial de sequestrar a filha adotiva depois de encerrada a greve de fome de mais de um mês de Ariel, mediante a um acordo que previa uma solução em favor da criança.

Ariel e Márcia são militantes trotskistas reconhecidos no movimento social e que sofrem clara perseguição do governo e das autoridades. Esse ataque pessoal, sem se preocupar com o futuro da criança que estava muito bem amparada por pais idôneos e dedicados, não é um fato isolado.

Recentemente, o dirigente estudantil Jarlin Coca foi preso por participar do movimento que exigia o fim do corporativismo na contratação de professores universitários e realização de concurso público. Foi solto após uma campanha de denúncia sobre a prisão política. Soma-se a isso a suspensão arbitrária de direitos sindicais de dirigentes da Federação de Professores de La Paz.

- Que o governo Evo Morales entregue imediatamente a filha adotiva de Márcia e Ariel!
- Exigimos o fim da criminalização dos movimentos sociais e da perseguição de seus dirigentes!

Moção aprovada no 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas – Brasil, realizado de 4 a 7 de junho de 2015.


Paulo Arletes Rios Barela
Membro da Secretaria Executiva Nacional da
CSP-Conlutas

CSP - CONLUTAS CENTRAL SINDICAL E POPULAR - CNPJ 07.887.926/0001-90
 Rua Boa Vista, 76 - 11º andar CEP: 01014-000 - Centro - São Paulo/SP
 TELEFONE (11) 3107-7984 ou 3106-4450

Cresce a revolta dos explorados

Em 5 de junho, foram realizadas eleições legislativas e estaduais. 2 mil cargos em todos os estados estavam em disputa: 500 deputados federais, mil prefeituras e nove governos estaduais. No estado de Guerrero, onde foram assassinados os 43 estudantes da Escola Normal de Ayotzinapa pela burguesia narcotraficante e as forças repressivas, se elegeram o governador (Angel Aguirre, Partido da Revolução Democrática-PRD, quem acobertou a chacina, teve de renunciar) e o cargo de prefeito da cidade de Iguala (José Luis Abarca foi preso como mandante da matança).

Dos 83,5 milhões aptos a votar, compareceram 39,5 milhões (47,5%). A abstenção foi de 52,5% e o voto nulo, 5,4% (dois milhões de pessoas). Segundo o *Programa de Resultados Eleitorais Provisórios*, o Partido Revolucionário Institucional (PRI), do presidente Enrique Enrique Peña Nieto, com 30% dos votos, obteve 200 deputados e maioria parlamentar. O Partido Ação Nacional (PAN), 22%, 110. O Partido da Revolução Democrática (PRD), 11,2%, 56. O Movimento de Renovação Nacional (Morena), do ex-candidato presidencial Manuel López Obrador, 12%, 37. O Partido Verde Ecologista, um aliado do PRI, 7,3%, 44. E, finalmente, o Movimento Cidadão, 7,5%, 26 deputados, Aliança, 4,15%, 10, Encontro, 3,6%, 9 deputados e o Partido dos Trabalhadores, 3%, 4/5 deputados.

A crise política, a corrupção geral dos partidos e seus envolvimento com a burguesia narcotraficante avolumaram, em parte, o “voto castigo”. Observa-se, em alguns estados, a transferência do poder de uma legenda a outra. Foi o caso de Michoacán, onde o PRD se impôs ao PRI, que governava o estado há décadas. Enquanto que em Guerrero, onde o PRD governava, o PRI ganhou as eleições. Destacou-se o triunfo do “independente” Jaime Rodríguez, eleito governador do estado Nuevo León (com 49,5% dos votos).

A mídia burguesa fez campanha para assinalar a importância das eleições como o fortalecimento da democracia como via e meio para a resolução dos violentos conflitos sociais. De fato, a imprensa oculta que os partidos mexicanos se elegem com a compra de votos, as fraudes e o bloqueio censitário aos partidos minoritários e de esquerda. As eleições têm se convertido no exclusivo campo de disputa dos aparatos que se soldaram à burocracia estatal parasitária. Por outro lado, as frações da burguesia narcotraficante “trabalharam” na campanha eleitoral assassinando candidatos opositores e levando pela força os eleitores ou negando-lhes comparecer a votar. Em Hermosillo, estado de Sonora, os criminosos tentaram impedir a votação. Na cidade de Cutzmal de Pinzón, estado de Guerrero, narcotraficantes bloquearam estradas visando a impedir as eleições.

A “festa da democracia” serviu de espelho à desagregação social capitalista. Assassinatos políticos e militarização das eleições, boicotes e agressões aos eleitores nos locais de campanha e organismos eleitorais, refletiram a decomposição da democracia burguesa. No entanto, foram a massiva abstenção e o boicote que assinalaram o elemento progressivo entre tanta barbárie. Objetivamente, assinala no plano institucional a ruptura que se desenvolve entre as massas e o regime político

burguês e seus partidos. Ruptura que, por sua vez, indicam tendências instintivamente revolucionárias. Os bloqueios de rodovias e municípios, a destruição de propaganda eleitoral, de urnas e os protestos nos colégios eleitorais expressaram a rejeição de uma grande parcela da maioria oprimida às eleições manipuladas e fraudulentas. Embora não se projetem em organização política consciente, uma vez que o proletariado ainda não construiu seu partido revolucionário, indica que é parte do processo quebra do poder burguês sobre as massas e da necessidade destas conquistarem a sua independência política.

No estado de Oaxaca, 80 mil professores do Sindicato Nacional de Trabalhadores da Educação queimaram urnas e materiais eleitorais nas suas mobilizações de boicote pelas cidades de Oaxaca (a capital do estado), Istmo de Tehuantepec, São Francisco Ixhuatán, Santo Domingo Tehuantepec, Chahuítes e outros municípios. No estado de Michoacán, os indígenas Purépecha bloquearam os municípios de Urio, Cherán e Zimabato para impedir as eleições “em toda a região purépecha”: exigiram governar-se segundo suas próprias tradições e costumes. Em Chiapas, todas as urnas de Hiehetán foram queimadas. No estado de Morelos, se queimaram locais e urnas. As forças repressivas prenderam centenas de manifestantes e os feridos se contam às centenas.

Além de Oaxaca, pela sua magnitude e combatividade do sindicato dos professores, destacou-se o boicote em Guerrero, onde foram assassinados os 43 estudantes. Aí, a eleição foi anulada no município de Tixtla, após estudantes e professores e familiares dos estudantes assassinados queimarem 20% das urnas. Em Iguala (onde foram massacrados os estudantes), manifestantes queimaram urnas e locais. Nesse estado, surgiu o movimento e o chamamento popular pelo boicote e se formou uma “frente única” visando a esse objetivo. Evidentemente, não se pode desconhecer as particularidades dessa região, nem generalizá-las para todo o México. A burguesia continuará a arrastar as massas para a via eleitoral e a governar por meio da democracia narcotraficante, até o momento em que o proletariado encarne um movimento revolucionário de maioria nacional pela conquista do poder e destruição do Estado burguês.

O fundamental da situação é observar o quanto as eleições refletiram uma democracia e partidos burgueses opostos às necessidades mais elementares das massas e à sua vida diária. A penetração e interdependência entre os monopólios e a burocracia estatal, assim como a função social e política do narcotráfico no estado, demonstram a elas que não podem esperar nada do capitalismo em decomposição.

O fator decisivo nesse processo é o das massas se projetarem em choque com a democracia burguesa semicolonial corrupta, parasitária e assassina. A experiência lhes ensina o quanto essa está determinada pelo seu caráter de ditadura da classe burguesa. E o quanto a burguesia mexicana (como toda burguesia semicolonial subserviente ao imperialismo e que enfrenta os abalos da crise capitalista) não só não consegue assegurar o trabalho e o pão como tem de destruir as conquistas já

realizadas com todo tipo de violência.

Ora, a crise tem levado os partidos burgueses a ampliarem a desnacionalização da economia, a atacar mais violentamente os direitos e conquistas das massas, a avolumar o estado policial, a acobertar o terrorismo de estado e a se proteger mutuamente dos processos judiciais. A concentração violenta da riqueza nos monopólios e seus agentes, de um lado, e da miséria na esmagadora maioria nacional, de outro, se avoluma e põe em choque as classes sociais. Eis por que da incapacidade da burguesia mexicana em assegurar a marcha “pacífica e democrática” dos violentos conflitos entre as classes.

Reafirmamos, uma importante parcela dos oprimidos permanece sob a influência dos partidos e de seus braços burocráticos sindicais. E podem retomar sua influência sobre a parcela que hoje os rechaçam. É necessário não perder de vista as limitações próprias das desilusões democráticas, sem a correspondente organização revolucionária. O “voto castigo” em si não

Venezuela

PSDB escorraçado

Os senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes (PSDB) e Ronaldo Caiado (DEM) fizeram um escarceu pelo fato de não conseguirem levar até o fim a provocação ao governo da Venezuela.

A decisão do Senado de constituir uma comitiva para “visitar” o opositor Leopoldo López, preso e em greve de fome, foi um ato de prepotência. A tolerância do presidente Nicolas Maduro em aceitar que um avião das Forças Aéreas Brasileiras pousasse no aeroporto de Caracas foi demais da conta. Refletiu a fraqueza do regime chavista, que precisa manter boas relações com o governo de Dilma, tido como suposto aliado contra a hegemonia norte-americana. Por sua vez, o governo petista se mostrou incapaz de dizer não à provocação do PSDB/DEM.

Imaginem se o governo brasileiro admitisse que o parlamento da Venezuela fizesse o mesmo em relação ao Brasil e aqui pousasse um avião militar transportando uma comitiva política com claro objetivo de interferir nos assuntos internos? O que diria a imprensa? Para espezinhar a soberania do país vizinho, a reação não mede palavras.

O bloqueio por três dezenas de manifestantes do micro-ônibus da comitiva de senadores brasileiros, sua volta ao aeroporto, a espera por cinco horas e finalmente o retorno ao Brasil foi uma pequena humilhação aos provocadores, se comparada à imposta ao governo de Maduro e à Venezuela espezinhados, em nome dos direitos humanos, da democracia e da convocação de eleições.

É ou não uma interferência nos assuntos internos da Venezuela a ida da comitiva oficial de senadores para condenar o governo de Maduro, defender a oposição, apoiar a greve de fome de Leopoldo, exigir sua libertação e pleitear a convocação das eleições parlamentares? Não resta dúvida que se tratou de um ataque do Senado brasileiro ao governo constituído da Venezuela. Não se tem um conflito diplomático mais sério porque o chavismo se encontra moribundo e é incapaz de defender a soberania do País.

Não se trata de um episódio, como pretende apresentar o governo Dilma. A iniciativa do PMDB/DEM de aprovar a comitiva e de pressionar o governo a ceder-lhe o avião da FAB é

rompe com os limites da democracia burguesa. As direções que canalizam o descontentamento e a rejeição ao eleitoralismo da burguesia narcotraficante, até onde chega nosso conhecimento, não expressam o programa da revolução proletária.

O portentoso proletariado mexicano, única classe capaz de responder à decomposição do capitalismo e empunhar o programa de reivindicações dos assalariados, dos camponeses e das nacionalidades índias, não interveio na crise com sua política e suas bandeiras próprias. E não poderia ser de outra forma, uma vez que não tem o partido revolucionário e suas organizações de massas se acham controladas pelas direções pró-capitalistas. Nota-se um descompasso entre a explosividade em amplas camadas das massas e o atraso político da classe operária. A vanguarda tem pela frente a tarefa de superar essa contradição, construindo o partido marxista-leninista-trotskista. Está obrigada a concentrar toda sua energia na elaboração do programa da revolução proletária.



Aécio e Caiado: tocados da Venezuela

parte de uma campanha organizada pelos Estados Unidos e seus lacaios da OEA. Antecedeu a esse acontecimento o périplo da mulher de Leopoldo, que foi recebida pelo PSDB/DEM como defensora da democracia, dos direitos humanos, etc. E antecedeu a essa façanha propagandística a decisão dos Estados Unidos bloquearem bens de autoridades acusadas de narcotraficantes.

Há um cerco do imperialismo ao regime chavista, cerco do qual fazem parte o PSDB/DEM. Partidos da burguesia brasileira que expressam a política norte-americana para a América Latina e, em especial, voltada a derrubar o governo nacionalista da Venezuela. Tudo se faz para acobertar que a oposição combateu Hugo Chávez e agora o seu herdeiro não com forças próprias, mas com as que os Estados Unidos lhes garantem. Não se pode esquecer que Chávez foi eleito em 1998, com 56,2% dos votos e se reelegeu em 2002, com 60%. A Fedecámara (a FIESP da Venezuela) organizou um locaute, denominando-o de greve geral. Uma dezena de mortos foi o saldo. Em seguida, um grupo de militares desfecha um golpe, prendem Chávez e nomeia para chefiar o Estado o presidente da Fede-

câmera, Pedro Carmona. As massas ganham as ruas e exigem a libertação do presidente da República. O golpe fracassa com o pronunciamento de outro grupo de militares pelo respeito à Constituição.

A oposição arregimentou a classe média rica como base de apoio. Não deu trégua um segundo ao regime chavista. Um novo locaute foi decretado em dezembro de 2002, exigindo a renúncia do presidente. Em 2004, a reação pró-imperialista conseguiu da OEA que Chávez concordasse com um plebiscito por meio do qual a população diria se deveria deixar a presidência ou não. A derrota da oposição e do imperialismo foi taxativa: 59,3% dos venezuelanos disseram sim a Chávez. Isso em uma votação vigiada rigorosamente por observadores internacionais. Ninguém pode questionar a legitimidade da resposta.

A desmoralização da oposição foi tal que decidiu não participar das eleições para a Assembleia Nacional, justificando a ausência de democracia. Nas eleições presidenciais de 2006, Chávez venceu o candidato da oposição, Manuel Rosales, com 62,9% dos votos. No ano seguinte, trava-se uma batalha entre governo e opositorista em torno de uma reforma constitucional que permitia a Hugo Chávez se candidatar indefinidamente. O referendo deu vitória à oposição. Em 2009, a Assembleia Nacional aprovou uma emenda constitucional e convocou novo referendo. A oposição organizou manifestações de rua. Desta vez, a população aprovou a mudança na Constituição.

Na última eleição presidencial, a oposição se potenciou eleitoralmente. Henrique Capriles, da Mesa de Unidade Democrática (MUD), obteve 44,1% dos votos. Marcou o declínio do chavismo. Com a morte do caudilho, Nicolás Maduro ascendeu ao topo do chavismo. Elegeu-se presidente em abril de 2013 por uma pequena margem, apenas 50,6% dos votos. A oposição chegou perto de modificar a situação política da Venezuela, com Capriles à frente.

Diante da crise econômica e da ofensiva da oposição, a Assembleia do Povo dá poderes, por um ano, para Maduro governar por decreto. O objetivo foi o de impor controle cambial e punir os empresários que sabotassem a política econômica do governo. O avanço dos desequilíbrios econômicos, potenciados pela crise mundial e pela sabotagem de setores da burguesia, abriram caminho para a oposição retomar o movimento de rua. O choque mais contundente havia ocorrido em 2002. Em fevereiro de 2014, os novos confrontos passaram a ser liderados por Leopoldo López, líder do partido Vontade Popular. Estimam-se 42 mortos, dentre eles muitos chavistas, e mais de três mil presos. Maduro denunciou o movimento de golpista, tendo por trás os Estados Unidos. Distintamente, Capriles manteve a via das eleições para retomar o poder do Estado. De maneira que a oposição passou a atuar em duas frentes. É nessa situação de profunda crise política que Leopoldo é preso, posteriormente muitos outros. A deputada Maria Corina Machado teve seu mandato cassado.

Como se pode constatar, o regime construído por Hugo Chávez e seus partidários contou com amplo apoio popular. Contrariamente, a oposição direitista recorreu ao golpe militar, incentivado pelo imperialismo. O seu fracasso marcou as relações políticas por todo esse período. As conspirações e sabotagem ao governo pela oligarquia burguesa, amparados

pela camada alta da classe média, têm sido uma constante. Re-crudesceram com os impasses da política econômica e social do governo nacionalista. Figuras como Leopoldo surgiram e se alimentaram dessa situação.

O chavismo se projetou como um fenômeno nacional na América Latina, em contraposição à fração burguesa vinculada às multinacionais e ao mercado exterior. Não surgiu isoladamente. Fez parte da derrocada de governos francamente pró-imperialistas no Brasil, Argentina, Bolívia e Equador. Em Honduras, junho de 2009, um golpe reacionário liquidou a experiência no seu nascedouro.

Hugo Chávez procurou no meio desse caminho criar uma doutrina, que é a do Socialismo do Século XXI. Vinculou-se a Cuba, que já dava curso ao processo de restauração capitalista. E pretendeu que os governos aliados se esquerdizassem. Lula ocupou o flanco mais à direita do espectro. Não cabe aqui explicar o lugar do Brasil, como potência econômica regional na América Latina e seus profundos laços com os Estados Unidos, que impossibilitam um nacionalismo do tipo chavista. O mesmo se pode dizer da Argentina. Está aí também por que a Bolívia pôde figurar mais próxima da pseudo doutrina do Socialismo do Século XXI. A crise mundial abalou o piso sobre o qual se edificou o chavismo, lulismo, kirchnerismo, etc. Consequentemente, trincou irreparavelmente a pretendida unidade das “forças progressivas” latino-americanas.

O acinte da oposição liderada por Aécio Neves de constituir uma comitiva de ingerência na Venezuela mostra tanto o declínio do governo chavista quanto o do lulista. Esgotaram-se quase que simultaneamente, como nasceram. Não foram capazes de quebrar a espinha dorsal da burguesia antinacional e não têm com enfrentar a gigantesca crise mundial do capitalismo que arrasta inexoravelmente a América Latina para o precipício. No final das contas, vêm se curvando diante do capital financeiro e das diretrizes ditadas pelas potências. Abriram caminho para as forças antinacionais e antipopulares se fortalecerem e se baterem pela retomada do poder, por enquanto pela via da democracia. Se preciso for, o golpe em última instância é uma alternativa.

Mas o que confirma que o chavismo expressou o nacionalismo mais exacerbado, ao ponto de parecer antiimperialista? O Socialismo do Século XXI data de 2005. É quando o governo decide colocar a PDVSA sob o controle estatal majoritário. Três anos antes, elevava as taxas pagas pelas multinacionais que exploravam livremente as abundantes reservas de petróleo do país. Também aprovou uma lei que facilitava as desapropriações de latifúndios. Lançou um plano de proteção social. Essas medidas eram suficientes para a reação se por em pé de guerra. Mas tirar a PDVSA do controle externo foi além da conta. O caminho vinha sendo percorrido inversamente. No Brasil, a Petrobrás abria o controle de quase 50% para a iniciativa privada. No presente, os senadores do PSDB/DEM, que foram escorraçados da Venezuela, trabalham pelo entreguismo.

O que Chávez fez não foi senão proteger minimamente os interesses de seu país pobre e saqueado pelas ricas e poderosas potências. Sequer nacionalizou integralmente as fontes e a indústria petrolífera. A seminacionalização, na realidade, foi uma compra de uma parte do que de fato pertencia à nação. O

tal do Socialismo do Século XXI não foi além do nacionalismo do século XX. Mas mais limitado e mais servil.

É claro que nenhum movimento nacionalista, por ser burguês, tem por objetivo expropriar e estatizar de conjunto a grande propriedade privada dos meios de produção. O que se pode esperar é que tome medidas de proteção da nação oprimida. Chávez o fez negociando a valor de mercado uma fatia controlada pelas multinacionais, de maneira que se tornou sócio majoritário. É o que fez o PSDB, no Brasil, no governo de Fernando Henrique Cardoso, mas no sentido contrário.

Com recursos petrolíferos, o chavismo desenvolveu uma política social de assistencialismo popular. O que representou para a oligarquia um desvio de meios do Estado. Essa via se esgotou com a crise econômica. Nenhum governo burguês semicolonial tem como enfrentar o processo de desintegração econômica sem descarregá-lo sobre as massas e sem sujeitar a nação aos ditames do imperialismo.

Na Venezuela, ou o chavismo daria lugar a um movimento revolucionário de expropriação da grande propriedade, estatização dos bancos e total controle nacional sobre o comércio exterior, ou se decomporia. A segunda via se impôs. A contrarrevolução que foi derrotada no golpe de 2002 se reestruturou.

O proletariado, preso ao nacionalismo e sem o partido revolucionário, não têm como organizar atrás de si as massas camponesas e as camadas pobres da pequena burguesia urbana. O problema do imperialismo é como remover um regime que ainda conta com importante apoio dos explorados sem

abrir um curso de confronto armado. Não bastará derrotar eleitoralmente Nicolas Maduro, é preciso que uma fração das Forças Armadas se coloque à disposição da tarefa de desmontar o regime chavista. A Venezuela, portanto, está diante de um curso convulsivo.

Qualquer que seja a medida de defesa nacional que tome um governo nacionalista deve ser apoiada pelo proletariado, sem se submeter ao governo, sem deixar de lutar pelo seu programa e com seus métodos próprios. É parte do programa a autodeterminação das nações oprimidas, que devem ser defendidas contra os ataques do imperialismo, seja lá qual for seu governo.

Não importa que a comitiva do PSDB tenha sido bloqueada por poucos ativistas. O fundamental está em que expressou a rejeição do intervencionismo pró-imperialista.

O POR chama os explorados e a juventude denunciar os objetivos reacionários dos brasileiros que se comportam como lacaios dos Estados Unidos. Aécio procurou aproveitar do acontecimento para atacar o governo de autoritário. Na realidade, Maduro teve de aceitar a contragosto a presença de um avião da FAB em solo venezuelano carregando amigos da oposição reacionária e inimigos do nacionalismo chavista.

Esse acontecimento ajuda a compreender a conclusão de que a Venezuela somente poderá derrotar a ofensiva do grande capital internacional e da oligarquia latino-americana caso a classe operária se lance ao combate com sua estratégia e coloque em pé uma frente única antiimperialista.

Egito

Ditadura e barbárie

A confirmação da pena de morte ao deposto presidente Mohamed Morsi pelo Tribunal Penal do Cairo é mais um grave acontecimento que expõe a barbárie no Egito.

Lembramos que Morsi foi eleito presidente depois de um grande levante de massa em janeiro de 2011, que obrigou os militares a afastar do poder o general Hosni Mubarak. O fim da ditadura de 30 anos (1981 a 2011) foi banhado de sangue.

Houve quem que saudasse o resultado como se fosse uma revolução democrática, desconhecendo que a junta militar manteve o comando do Estado. As eleições foram convocadas pelo Conselho Supremo das Forças Armadas, portanto, tuteladas.

A oligarquia egípcia e o imperialismo não esperavam que a Irmandade Muçulmana se erguesse como principal força política. Ao mesmo tempo em que se dissolveu o velho partido da ditadura – Partido Nacional Democrático (NDP) –, constituiu-se o Partido Liberdade e Justiça (FJP), braço da Irmandade.

Em pleno processo eleitoral, retomam-se as manifestações na Praça Tahrir, exigindo o afastamento dos militares. A repressão provocou dezenas de mortes. Assim, as eleições para a Assembleia do Povo também foram banhadas de sangue.

A brutalidade da Junta Militar deixou claro que nenhuma eleição iria modificar as instituições montadas pela ditadura de Mubarak. Ou a revolução avançava pondo abaixo o Estado burguês, ou não se removeriam as forças burguesas que sustentaram a ditadura de Mubarak. Não puderam avançar. Não estavam sob uma direção revolucionária.



Morsi foi condenado à morte pelo Tribunal Penal do Cairo

A abrupta ascensão da Irmandade Muçulmana foi consentida por um breve momento. A consolidação de seu poder seria um fator de desequilíbrio da feudal-burguesia árabe no convulsivo Oriente Médio. Embora Morsi estivesse propenso a colaborar com a política do imperialismo para a região, não era seguro.

A Irmandade não conseguiu equilibrar as forças em choque. Nem bem cumpria um ano de governo, e as massas estavam nas ruas. Multidões pediam a renúncia de Morsi. O confronto entre partidários da Irmandade e opositores aumentou o cau-

dal de sangue. A movimentação dos generais para derrubar o presidente se fazia à luz do dia.

Nos primeiros dias de julho, é desfechado o golpe contrarrevolucionário, liderado por Abdel Fatah al-Sisi, que havia sido chefe da polícia política de Mubarak e passou a exercer o cargo de Ministro de Defesa no governo de Morsi. A resistência dos partidários do presidente deposto é destruída com um massacre, prisão em massa e banimento da Irmandade. Encerrava-se a etapa revolucionária, iniciada em janeiro de 2011.

A ditadura montou uma caricatura de democracia: uma Constituinte tutelada aprovou a nova Constituição, talhada segundo os moldes dos militares. Organizou-se um referendo, do qual participaram apenas 38,6% dos aptos a votarem. Mais repressão sobre os partidários da Irmandade, mais sangue. Sisi é eleito presidente com uma descarada fraude eleitoral, onde obteve 97% dos votos de um pleito que somente pouco mais de 40% foram às urnas.

Mubarak que estava preso foi absolvido pelo Tribunal de Sisi. Agora, essa mesma justiça confirma a pena de morte para o ex-presidente Morsi e uma centena de militantes da Irmandade que estão foragidos.

O rio de sangue e a violenta perseguição à Irmandade não se devem apenas à reacionária feudal-burguesia e aos militares que estão ao seu serviço, mas em última instância ao imperialismo e seus organismos internacionais (ONU, etc.) que estive-

Tendências da crise mundial

Avança a desagregação da União Europeia

A queda dos lucros e o estreitamento dos mercados europeus abriram passagem à ofensiva capitalista contra as condições de vida das massas. Também às disputas inter-burguesas nos estados nacionais, ao saque dos países vassalos e as guerras comerciais por mercados e as fontes de matérias primas nas semicolônias. De conjunto, a crise comercial, industrial, agrária e financeira da União Europeia (EU) aprofunda a decadência das forças produtivas internas, projeta a ruptura dos laços comerciais e políticos entre as nações e os antagonismos sociais e nacionais.

Certamente, a burguesia europeia não recorreu ainda à maciça destruição de forças produtivas. O que significaria se afundar no intervencionismo em toda Europa, nas guerras e no fascismo. Entretanto, avança destruindo parcelas das riquezas nacionais (saque dos tesouros nacionais), forças técnicas da produção (fábricas fechadas, maquinaria e as capacidades produtivas subutilizadas, etc.) e da força do trabalho europeia (desemprego, precarização, super-exploração, etc.) e mundial (imigrantes).

A Grécia: o elo mais fraco da cadeia capitalista da Europa

Syriza ludibriou os explorados e os famintos com promessas de proteção das riquezas e da força de trabalho nacionais, pondo fim aos “Memorandos”. Porém, em posse do comando do Estado burguês, continuou a trilha da submissão à direção político-econômica da EU. Demonstrou, assim, ser um meio conjunturalmente utilizado pela burguesia para desviar o processo revolucionário das massas gregas. A subserviência

ram por trás da contrarrevolução.

Os explorados devem exigir a revogação imediata da pena de morte, libertação de todos os presos políticos e fim da perseguição aos partidários da Irmandade Muçulmana. Esse é o ponto de partida para travar o combate à ditadura sanguinária e contra o imperialismo que a sustenta.

Os acontecimentos – ditadura e barbárie – indicam a impossibilidade de uma revolução democrática encabeçada por setores da feudal-burguesia, pela pequena burguesia liberal e pelos seguidores do islamismo. A maioria oprimida terá se organizar em torno do partido revolucionário. Somente a política do proletariado tem como responder às tarefas democráticas de independência do Egito diante do imperialismo, revolução agrária, fim da miséria e elevação cultural do país.

A revolução não poderia triunfar com os explorados sob a direção de setores burgueses liberais, pequeno-burgueses democráticos e por organizações obscurantistas religiosas (Irmandade, Al-Nour, etc.). A sangrenta experiência das massas em sua luta contra a ditadura de Mubarak e agora a de Sisi não é em vão – serve ao proletariado egípcio e mundial para despertar sua consciência revolucionária e impulsionar a construção das direções marxista-leninista-trotskistas.

Lutemos com as armas do internacionalismo proletário – derrotemos a barbárie capitalista com o programa da revolução proletária.

fisiológica da pequena burguesia reformista diante do grande capital, na nova fase de negociações com a “troika”, não evitará o avanço da desagregação econômica, social e política do país. Os explorados estão vivendo uma experiência com um governo não vinculado organicamente à burguesia, cuja função é de alterar o curso de sua decadência. Provavelmente, não se alongará por muito tempo. A sua capitulação pode lhe dar uma pequena margem de manobra, mas não terá como deixar de atacar a vida da população oprimida.

O novo Memorando assinado com a “troika” (FMI, Banco Europeu e Conselho Europeu) em junho deste ano, objetiva reestruturar a dívida que já ultrapassa os 317 bilhões de euros (175% do PIB). A burguesia financeira indicou o caminho da submissão, quando se sacaram dos bancos gregos mais de 4.200 milhões de euros (parte desses fundos voltará como montante para os novos empréstimos já acordados no valor de 32 bilhões, até 2020). Fundamentalmente, objetiva avançar a destruição de conquistas e direitos sociais. Christine Lagarde, diretora gerente do FMI, assinalou o caminho a ser percorrido pelos reformistas: reduzir as pensões, os subsídios e os salários (cortando assim 2 bilhões a mais do Orçamento) e aumentar os preços internos, os impostos e a idade de aposentadoria.

O Syriza impulsiona no Parlamento a aprovação do pacote para adiar as aposentadorias até os 67 anos para 2020, punir as pré-aposentadorias, aumentar o IVA até 23% (a redução de 13% vale somente para energia, alimentos, hotéis, isto é, para indústria do turismo), etc. Além dessas medidas, se propôs aumentar os impostos às sociedades em 29% e, sobre os lucros, 12%. Setores da burguesia grega terão de perder posições para

o grande capital francês, alemão e espanhol.

Esse plano irá aprofundar a barbárie social. O PIB grego se reduziu, em cinco anos, em 27% e os ganhos populares caíram em 40% no mesmo período. O desemprego atingiu um terço da força de trabalho e a pobreza ultrapassou 50%. A quebra da saúde, educação e dos serviços públicos aprofunda o quadro de destruição física da força de trabalho por várias gerações.

É nessas condições que se acelera a desagregação intestina de Syriza. A designação de Elena Panariti como representante do governo nos pré-acordos provocou revolta de setores internos. Integrante da legenda de Pasok (governo que precedeu a Syriza), Panariti comparece como reflexo da virada do governo aos ditames da “troika”. Deputados do Partido Comunista Grego, aliado do governo Syriza, disseram que votarão contra os ajustes. Outras frações preparam a convocatória de uma Conferência Extraordinária do Syriza, para decidir sobre a ruptura com os credores. Se o Memorando for rejeitado, o governo não poderá se manter e abrirá um novo período de eleições antecipadas. A constituição de um novo governo, porém, não alterará a situação de bancarrota do país e a necessidade da burguesia de continuar a atacar os empregos, salários e direitos sociais. Os explorados já não podem contar com os encantos do Syriza. Ou retomarão as mobilizações, ou arcarão novos ataques da burguesia. À vanguarda cabe aproveitar as contradições e impulsionar a formação do partido revolucionário

A crise dos imigrantes: mais uma manifestação da barbárie social capitalista

A Hungria suspendeu a aplicação da “Convenção de Dublin” sobre pedidos de asilo, assinada pelos membros da UE, em 1990. E construiu na fronteira com a Sérvia (local de passagem dos imigrantes para a UE) um muro de 4 metros e 175 quilômetros de comprimento.

Na França, tem aumentado o despejo de “acampamentos” (autênticas favelas) de imigrantes e despachados milhares deles a seus países de origem. Na Inglaterra, como na França, se reformaram as leis migratórias visando a limitar ou impedir novos contingentes de refugiados e imigrantes. Os que ganharam a cidadania ou estão regidos pelas leis nacionais veem seus direitos serem drasticamente reduzidos, os subsídios cortados ou cancelados, obrigando-os a saírem desses países.

A criação de uma Força Tarefa europeia para combater as frações burguesas traficantes que levam clandestinamente imigrantes do Oriente Médio e do Norte da África às costas europeias somente dificultará umas das vias que têm os oprimidos para fugirem da miséria, da fome e das guerras civis. Mas, não impedirá de continuar o negócio dos traficantes.

A recentemente votou-se a lei de “cotas” no Parlamento Europeu - cada país recebe imigrantes segundo seu PIB e taxa de desemprego. O que resulta, por sua vez, em maiores atritos interburgueses. França, Inglaterra, dentre outros países, têm exigido dos países que servem de porta de entrada aos imigrantes (Espanha, Itália e Grécia) que se responsabilizem por eles já que, segundo a “Convenção de Dublin”, têm o direito de pedir asilo no país no qual entraram. Enquanto isso, milhares de imigrantes continuam a morrer vítimas do genocídio social, resultante do fechamento das fronteiras europeias.

Como se vê, os governos utilizam a crise como moeda de

troca para impor os interesses de seus capitalistas e para ameaçar com a ruptura da UE. Os capitalistas aproveitam os déficits dos Orçamentos de seus estados para culpar os subsídios sociais aos imigrantes, ampliar o chauvinismo, opor explorados contra explorados e ganhar apoio da classe média e de setores da aristocracia operária a seus planos de ajuste. A burguesia exige que seus governos canalizem os recursos (parte da mais-valia socialmente produzida), que se consumiam improdutivamente em manter força de trabalho superflua, para seus bolsos.

O fundamental está em que a morte dos milhares de imigrantes no Mediterrâneo e o cerceamento de seus direitos políticos e sociais, que levam a sua destruição física e intelectual, constituem genocídio social. Fenômeno que corresponde às tendências de destruição de forças produtivas pelo capitalismo apodrecido. Expõe a barbárie da sociedade burguesa, que leva à destruição de milhões de horas de trabalho potenciais, por ser o capitalismo incapaz de aproveitar essa massa de força de trabalho produtivamente.

O proletariado europeu tem o dever de defender o livre acesso, permanência e proteção integral do imigrante. E de lutar pela divisão das horas de trabalho, entre todos os trabalhadores, nacionais e estrangeiros, sem reduzir salários. Trata-se, portanto, de defender a ferro e fogo a **escala móvel das horas de trabalho**. A unidade da classe operária continental é indispensável para enfrentar as medidas que destroem velhas conquistas e combater o curso da barbárie. Os explorados estão diante de uma longa e violenta batalha pela preservação da força de trabalho.

Crescem as forças centrífugas de ruptura da centralização política da UE

Na Inglaterra, as eleições fortaleceram o partido conservador, projetaram a SNP (nacionalistas escoceses), abalaram o Partido Laborista e rebaixaram Ukip (nacionalistas de direita). Esses fatos se explicam pelo apoio de parte da população às políticas migratórias aplicadas pelos conservadores. O crescimento da imigração abala os privilégios da classe operária inglesa e de parte da pequena burguesia assalariada, que reage alimentando as tendências chauvinistas. Por outro lado, a burocracia se opõe às tendências de luta dos explorados, que ameaçam sua posição privilegiada no regime burguês. Eis por que enquanto têm se deflagrado massivas greves pela defesa dos empregos e dos salários, após anos de passividade, a burocracia sindical as isola e se coloca como pilar de sustentação da estabilidade burguesa.

Na Irlanda do Norte, o vice primeiro ministro, Martin McGuinness, liderança de *Sinn Féin* (braço político do IRA), encabeçou os protestos contra os ajustes. Irlanda do Norte é a única administração “autônoma” da Inglaterra que se nega a aplicar os ajustes ditados desde Londres. O que tem colocado em choque essa organização com seu aliado no governo, o Partido Unionista Democrático, ala política dos interesses britânicos na administração local. Caso a crise avance, voltarão velhos conflitos entre republicanos e unionistas. Problemas nacionais e de opressão imperialistas que pareciam equacionados, mostram-se apenas adormecidos.

O nacionalismo escocês se reacende, como reflexo da falência da UE e da tendência a se fechar as fronteiras diante dos abalos

econômicos. Essa dinâmica tem se expressado, com suas formas particulares, na Espanha, na campanha autonomista da Catalunha. Trata-se, no entanto, de movimentos políticos eleitorais burgueses que promovem a ruptura com o centralismo dos estados nacionais para assim desacoplar seus mercados e interesses particulares das consequências da crise da UE.

O problema reside em que essas tendências, no marco da desagregação política e econômica da Europa, podem impulsionar velhos conflitos, como a luta de ETA no País Basco, ou dos nacionalistas da Irlanda do Norte. Observa-se que as tendências centrífugas da crise abriram passagem às lutas intestinas burguesas. O lema de “salve-se quem puder” coloca à luz de dia os atritos e a violência da luta econômica das frações burguesas para evitar a quebradeira. Porém, será a classe operária quem pagará as consequências dessas manobras burguesas, com novas divisões baseadas na nacionalidade.

À desagregação capitalista da Europa, a saída progressiva está em o proletariado alcançar a unidade continental sobre a base de um plano único de lutas pela defesa do emprego e dos salários e da estratégia revolucionária da união federativa, livre e cooperativa dos povos com base na propriedade social dos meios de produção de todo o continente. Sem esse combate estratégico, a burguesia avançará no caminho da barbárie.

Avolumam-se as tendências bélicas na Europa

Ganham expressão no continente as tendências bélicas, ainda que acobertadas sob a máscara de uma corrida armamentista “defensiva”. A guerra civil na Ucrânia serve de laboratório social para impulsionar o chauvinismo europeu, de um lado, e exacerbar o nacionalismo grão russo, de outro. Na base dessas campanhas está a solução contrarrevolucionária da burguesia à crise de superprodução e o choque das forças produtivas com os estados nacionais, no marco do esgotamento da partilha do mundo herdada da 2ª Guerra Mundial. O aprofundamento das contradições nos estados capitalistas projetou mais uma vez a guerra civil, como consequência da atração das ex Repúblicas Socialistas para a órbita das potências. Ao armamentismo e o intervencionismo imperialista sobre suas fronteiras, a Rússia respondeu incorporando a Crimeia, impulsionando o separatismo no leste ucraniano e se armando rapidamente. Tudo indica que o acordo de “Minsk-2” fracassará diante da militarização de todo o leste europeu. As tendências bélicas se desenvolvem, assim, carregando no seu ventre o choque militar entre o imperialismo e aliados contra a Rússia.

O grande objetivo é consumir a restauração capitalista, submetendo à Rússia à condição de semicolônia. O que, nas condições atuais, só pode ser resolvida ora pela guerra econômica (esse é o objetivo das sanções e o bloqueio econômico contra a Rússia), ora por uma ofensiva militar sem se importar quem ou por que comece as hostilidades.

Embora condicionadas pelo desenvolvimento da luta de classes e pelas divergências inter-imperialistas sobre os melhores métodos e meios para submeter a Rússia, as tendências bélicas têm se projetado através do armamento da Ucrânia por intermédio da Lituânia, Polônia, e outros países. Como demonstração de força, o imperialismo aumenta os contingentes de tropas, aviões e armamento pesado nas mediações da fronteiras russas. O ritmo do desenvolvimento dessas tendências

está condicionado, em última instância, pelo agravamento das contradições nos seios das potências; e entre estas no campo da disputa mundial pelos mercados. É certo que os países europeus temem a ofensiva norte-americana. O agravamento do conflito com a Rússia pode abalar os delicados equilíbrios sociais que ainda permanecem em pé.

As potências europeias e os Estados Unidos, por mais que conservem a aliança do pós-guerra, que serviu a um período de relativa estabilização mundial, estão sujeitas às contradições objetivas que impulsionam o intervencionismo e o militarismo. O processo de restauração capitalista, ao invés de contribuir para a estabilização, comparece como importante componente da crise mundial. É o que indica uma nova escalada do armamentismo e das ameaças de conflito bélico. Esse acontecimento é parte da nova etapa da luta de classes mundial, aberta com a crise de 2008. A classe operária é a única classe capaz de se contrapor ao avanço da barbárie. Trata-se de confluir seus instintos de revolta com o seu programa histórico de destruição do regime de exploração do trabalho. Nisso consiste a tarefa da vanguarda que desperta em meio à crise estrutural do capitalismo.

Contra a decadência capitalista, defender a estratégia revolucionária do proletariado

O atraso do proletariado em cavar trincheiras na luta de classes e conquistar sua independência facilitou e facilita à burguesia desfechar um amplo ataque à vida das massas. Entretanto, o movimento defensivo dos explorados em várias partes da Europa indica a polarização entre as classes e o caminho que terão de percorrer os oprimidos para se libertarem do jugo capitalista.

As massas serão obrigadas pela força dos acontecimentos a recorrer ao caminho da luta de classes, dos métodos de luta coletivos. Por essa via, se educarão os destacamentos mais avançados do proletariado e da juventude oprimida e poderão realizar grandes saltos organizativos e políticos. O fundamental dessa perspectiva está no aumento e radicalização das greves operárias por toda Europa. Nelas se processam as tendências instintivas da classe operária de enfrentar os capitalistas e superar as traições das direções sindicais e os governos impostores ditos “populares”, “democráticos”, etc.

Para ajudá-las a elevar-se politicamente, a vanguarda revolucionária da Europa tem o dever de se colocar à frente dos combates nacionais e projetá-los internacionalmente sob um plano unificado de defesa do emprego e dos salários por todo o continente. O proletariado se oporá à tendência de desagregação capitalista da Europa, que ameaça arrastá-lo à barbárie, uma vez que levante a bandeira da **unidade continental da classe operária baseada na independência de classe**.

Confirma-se a caracterização leninista de que a nossa era é a das crises, guerras, revoluções e contrarrevoluções. Somente a classe operária pode por fim à desagregação desde que conquiste sua independência, forje seus partidos proletários em cada país, realize a expropriação revolucionária dos monopólios capitalistas e materialize a estratégia da revolução e ditadura proletárias continental. O programa que responde a essa condição é o dos **Estados Unidos Socialistas da Europa**. Em síntese, expressa o Programa de Transição da IV Internacional.

80 anos do Partido Operário Revolucionário da Bolívia

Publicamos abaixo um artigo de Guillermo Lora sobre os 60 anos de existência do Partido Operário Revolucionário da Bolívia. Em junho de 1935 foi fundado o POR. Completa, portanto, 80 anos. Decidimos reproduzir parte do artigo de Lora referente aos 60 anos porque faz uma síntese sobre as razões que justificaram uma vida tão longa e justificam a atualidade do trotskismo na Bolívia. Em especial, destacamos a importância estratégica dada por Lora à tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, IV Internacional. Sem dúvida, o POR foi o partido trotskista, podemos dizer o único, que não cedeu ao revisionismo que tomou conta da IV Internacional na década e 50, que a fragmentou e, finalmente, a desintegrou organizativamente. O texto de Lora, escrito há 20 anos, deve ser retomado como fundamento programático para o trabalho de organização e funcionamento do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.

Viva os 80 anos do POR boliviano!

Reflexões nos 60 anos de vida apaixonada do Partido Operário Revolucionário

Significado de viver 60 anos em meio da tormenta. Os outros desapareceram

Guillermo Lora

Se observamos a história política boliviana, ficaremos surpresos diante da evidência de que o partido-programa, marxista-leninista-trotskista, – chamado de Partido Operário Revolucionário – viveu 60 anos, único caso entre as organizações que se reivindicam da esquerda ou do marxismo. Inclusive, também excepcional se se levar em conta o que ocorreu com os partidos da feudal burguesia ou burgueses. Observa-se que estamos falando de permanecer em pé no combate de maneira contínua. Nem mesmo aqueles que afloraram intermitentemente no cenário conseguiram escrever uma história tão imponente como a do trotskismo.

Observando a história internacional do trotskismo, chegaremos à conclusão de que o Partido Operário Revolucionário boliviano é uma das mais importantes exceções por sua firmeza, continuidade na luta e por ser partido-programa. Obrigatoriamente, se chega à conclusão de que os demais desapareceram. É preciso explicar as razões deste fenômeno.

Tomando como ponto de partida as palavras de Lênin, construtor do bolchevismo, podemos dizer que o trotskismo é o marxismo leninismo de nossa época. Esta corrente revolucionária se empenhou e continua se empenhando para pôr em pé o partido mundial da revolução socialista, ou seja, a IV Internacional, que nasceu em 1938, tendo como ponto de partida a Oposição de Esquerda e o Programa de Transição, redigido por Leon Trotsky. Também neste plano o POR boliviano é uma das exceções. A IV Internacional é a resposta programática da necessidade histórica da revolução e ditadura proletárias, que corresponde ao desenvolvimento das forças produtivas no marco do capitalismo. Não há por que estranhar que o POR tivesse vivido muitas dos acidentes

da IV Internacional original ou de suas posteriores expressões. Os trotskistas bolivianos sabem por numerosas feridas deixadas em nosso corpo que a construção de uma poderosa IV Internacional é parte de nossa própria existência. Quanto sofremos pela debilidade de nossa Internacional, quantos erros e tropeços cometemos devido à ausência de uma condição mundial, na qual elaborar a linha política geral e para os diferentes países, nos tivesse permitido assimilar a experiência do proletariado mundial e nos potenciar com seus ensinamentos. É preciso repetir que a revolução boliviana, que certamente começará dentro das fronteiras nacionais, não poderá consolidar-se e vencer definitivamente estando isolada, necessariamente deve fundir-se com a revolução mundial. Aos nossos críticos levianos e mal-intencionados, dizemos enérgica e terminantemente que o POR tem como objetivo central a estruturação da IV Internacional.

Por que o Partido Operário Revolucionário conseguiu permanecer como guia indestrutível no combate das massas, na luta política? A resposta que se dê pode servir de referência na estruturação das seções nacionais do Partido Mundial da Revolução Socialista.

A questão aparece obscurecida com frequência quando se confunde

o partido revolucionário – consciência, política revolucionária do proletariado – com os partidos eleitoreiros, burgueses, reformistas, etc. Primeiramente, é necessário assinalar que estamos falando do partido do proletariado, que tem como finalidade concretizar a revolução social que acabe com a ditadura burguesa. Tal é o conteúdo (ou finalidade estratégica) do POR, que determina uma forma partidária particular, única, pois esta obedece à necessidade de materializar o objetivo estratégico do proletariado. Os partidos burgueses são



conglomerados de ativistas eleitoreiros, enquanto o partido operário revolucionário é composto por revolucionários profissionais, bolcheviques.

Constatamos que a tradição organizativa do bolchevismo acabou desviada e vilmente deformada pelo estalinismo contrarrevolucionário, canal de difusão da política burguesa. Os poristas da primeira época assimilaram o exemplo do trabalho organizativo rudimentar, artesanal, próprio das organizações que nos serviram de exemplo, como as chilenas, argentinas, peruanas, etc. A necessidade de pôr em pé um partido político capaz de dirigir as massas até a conquista do poder pela via insurrecional obrigou os trotskistas bolivianos a assimilar, na luta diária os ensinamentos sobre a matéria que se encontra na rica bibliografia marxista. O aprendizado e a sua aplicação na realidade nacional permitiram aos poristas elaborar a sua concepção em matéria organizativa.

A história do Partido Operário Revolucionário ensina que os operários que se transformam em militantes devem concluir como revolucionários profissionais, têm de se elevar sobre o seu meio ao se apropriar da teoria, ao aprender a pensar com sua própria cabeça – no partido revolucionário não há divisão do trabalho entre as atividades cotidianas, materiais e de manejo da teoria –; os estudantes e aqueles que dedicam à atividade intelectual têm de se proletarianizar teórica e politicamente, estes e os elementos provenientes das diferentes camadas da classe média devem romper com os vínculos da classe de origem e levar uma vida de acordo com suas ideias; os camponeses mais inteligentes e valentes devem se transformar em marxistas.

O partido encarna a revolta dos oprimidos contra a ordem social imperante, seu Estado, seu ordenamento jurídico, etc., nesta medida, conspira e deve se organizar consequentemente. Necessariamente, o POR se organiza tanto para a atuação pública, legal, como a clandestina, a conspirativa ou ilegal. O partido se organiza e se arma e ensina aos operários que façam o mesmo no campo sindical e popular. Ao mesmo tempo, dirige sua campanha política às Forças Armadas e policiais, procurando ganhar uma parcela e elementos mais valiosos para o programa da revolução social.

(...)

Partido-programa e as leis do desenvolvimento e transformação do País

Afirmamos que a fortaleza do Partido Operário Revolu-

cionário está em ser um partido-programa. Se o programa é a expressão da consciência de classe do proletariado – a classe revolucionária por excelência na sociedade capitalista –, de seu objetivo estratégico, que responde ao desenvolvimento das forças produtivas, é preciso concluir que é a expressão da contradição fundamental que ocorre na base econômica da sociedade e da resposta à sua superação.

A classe operária é a força de trabalho não proprietária, a parte fundamental das forças produtivas e, por esta razão, encarna as leis da história, luta por sepultar a forma de propriedade conservadora e caduca, para substituí-la pela propriedade social dos meios de produção.

O partido armado com o marxismo atua sobre a realidade social e nacional para transformá-la, isto lhe permite e obriga a conhecer essa realidade, isto é, a revelar as leis de seu desenvolvimento e sua transformação. Este fundamento permite compreender que a elaboração do programa e da prova de sua validade à luz do desenvolvimento dos acontecimentos, é, no fundamental, a compreensão das leis da história, de maneira que o partido revolucionário é o instrumento consciente da transformação qualitativa do País, como o proletariado com consciência de classe. A história do POR é a história de seus prognósticos programáticos e políticos, como tais sempre têm uma dose de inexatidão.

Os erros nesta matéria podem ser superados pelo caminho da autocritica, se se referem a questões táticas ou organizativas. O fundamental consiste em que não sejam erros programáticos, estratégicos, que expressem o conteúdo de classe da organização.

O POR está correto em defender intransigentemente seu objetivo estratégico, porque tem sido comprovado pelo processo histórico. Esta defesa corresponde na realidade social em que se vive. O capitalismo continua vigente, as mudanças que tem sofrido são quantitativas e não qualitativas, por isso mesmo, a estratégia porista continua sendo correta. Em resumo, o POR deixará de existir e seu programa superado se a revolução social sepultar o capitalismo.

Julho de 1995

Obras Completas, Guillermo Lora, vol. LXII, edição Massas

